



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DAYSIMARA APARECIDA DA SILVEIRA

**VOZES SILENCIOSAS: OS SURDOS COMO GRUPO SOCIAL SUBALTERNO E A
IGREJA COMO AGENTE DE INCLUSÃO**

Dourados, MS

2024

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DAYSIMARA APARECIDA DA SILVEIRA

**VOZES SILENCIOSAS: OS SURDOS COMO GRUPO SOCIAL SUBALTERNO E A
IGREJA COMO AGENTE DE INCLUSÃO**

Texto a ser apresentado em banca de qualificação, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, na Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH/UFGD), como parte dos requisitos de construção da dissertação, para obtenção do título de Mestre em Sociologia, na área de concentração em Sociologia.

Linha de pesquisa: Processos de Dominação e Disputas Políticas e Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Reis.

Dourados, MS

2024

DAYSIMARA APARECIDA DA SILVEIRA

**VOZES SILENCIOSAS: OS SURDOS COMO GRUPO SOCIAL SUBALTERNO E A
IGREJA COMO AGENTE DE INCLUSÃO**

Relatório parcial, apresentado à Universidade Federal da Grande Dourados, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Dr. Sanyo Drummond Pires – Orientador

Dra^a Marisa de Fátima Lomba de Farias/PPGS/UFGD - Membro interno

Dr^a Marianna Florentina Lima Alves de Oliveira Drummond – Membro Externo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S587v Silveira, Daysimara Aparecida Da
VOZES SILENCIOSAS: OS SURDOS COMO GRUPO SOCIAL SUBALTERNO E A
IGREJA COMO AGENTE DE INCLUSÃO [recurso eletrônico] / Daysimara Aparecida Da
Silveira. -- 2024.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Sanyo Drummond Pires.
Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Pessoas surdas. 2. Grupos subalternos. 3. Sociedade. 4. Movimentos Sociais.. I. Pires, Sanyo
Drummond. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

É preciso atrair violentamente a atenção para o presente do modo como ele é, se se quer transformá-lo. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade.
Antonio Gramsci (1891-1937)

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, pelo dom da vida e por manter-me no caminho dos justos e honrar minha família com tua presença. Sempre tive mais a agradecer do que a pedir.

Em primeiro lugar, meu mais profundo e sincero agradecimento ao meu companheiro de todas as horas, por sempre impulsionar a sempre seguir em frente, superar os desafios e alcançar este importante marco na minha vida acadêmica.

Meus pequenos grandes amores João Pedro e Miguel, vocês são a luz que ilumina a minha vida e a força que me motiva a sempre buscar o melhor. Obrigada por serem a minha maior inspiração. Espero que a minha dedicação aos estudos e a conclusão desta dissertação sirvam de exemplo para que vocês também sigam seus sonhos e alcancem seus objetivos com determinação e persistência. Te amo incondicionalmente, meus filhos. Vocês são o meu maior tesouro e a razão pela qual eu luto todos os dias para ser uma pessoa melhor.

Aos meus pais, agradeço o amor incondicional, apoio e palavras de incentivo durante toda a minha vida. Vocês sempre acreditaram em mim e me motivaram a buscar meus sonhos. Essa dissertação é dedicada a vocês.

Agradeça a colaboração da querida Juliana Aizawa, pelas ideias, sugestões que foram fundamentais durante a pesquisa e escrita da dissertação,

Ao meu orientador, Professor Dr. Sanyo Drummond Pires, agradeço pelo acolhimento em um dos momentos mais críticos da minha trajetória, obrigada pela inestimável orientação, paciência durante todo o processo de escrita da dissertação. Sua vasta experiência e conhecimento foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico e profissional.

Concluindo, esta dissertação não seria possível sem a contribuição inestimável de cada um que mencionei aqui. Agradeço a todos por terem feito parte dessa jornada tão significativa em minha vida.

Mais do que um mero trabalho acadêmico, esta pesquisa representa a culminação de um processo de aprendizado e crescimento pessoal. As experiências e reflexões que tive ao longo da pesquisa me proporcionaram uma visão mais profunda de mim mesmo e do mundo ao meu redor.

Agradeço todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas nos auxiliam muito.

Chico Xavier

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa etária dos respondentes.....	27
Gráfico 2: Local de residência dos respondentes	28
Gráfico 3: Nível de escolaridade dos respondentes.....	28
Gráfico 4: Do exercício de função ligada a Libras	29
Gráfico 5: Do histórico familiar de surdez	29
Gráfico 6: Do contato com surdos e Libras	30
Gráfico 7: Aprendizado da Libras (local e forma)	30
Gráfico 8: Do nascimento com surdez	31
Gráfico 9: Do grau de perda auditiva	31
Gráfico 10: Do uso de aparelho auditivo ou implante coclear	32
Gráfico 11: Modos de comunicação entre os respondentes	32
Gráfico 12: Nível de habilidades na comunicação em Libras	32
Gráfico 13: Nível de habilidades no entendimento da comunicação em Libras	33
Gráfico 14: Fontes de conhecimento da Pastoral dos Surdos por parte dos respondentes	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Delineamento Teórico-metodológico.....	26
Quadro 2: Informativo com as leis abordadas.....	47
Quadro 3: Obras com personagens surdos e sua importância para a cultura surda.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
ASSIMD	Associação de Surdos e Tradutores/Intérpretes Mãos Douradas
CIL	Central de Interpretação de Libras
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
Libras	Língua Brasileira de Sinais
MS	Mato Grosso do Sul
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados – MS

RESUMO

A pesquisa ‘Vozes silenciosas: os surdos como grupo social subalterno e a igreja como agente de inclusão’, tem-se por pretensão ampliar o diálogo acadêmico sobre a questão da subalternidade surda, contribuindo para uma maior conscientização e sensibilidade em relação às necessidades e experiências únicas dessa comunidade. Ao destacar as vozes silenciosas dos surdos, buscamos promover uma mudança positiva e significativa em direção a uma sociedade mais inclusiva e justa para todos. A justificada está pautada na relevância da compreensão das experiências dos surdos como um grupo social, bem como pela sua importância potencial na identificação de estratégias para promover a inclusão e o empoderamento dessa comunidade. É importante refletir sobre a realidade das pessoas surdas, que, apesar de existirem em várias partes do Brasil, ainda são invisibilizadas, estigmatizadas e marginalizadas pela sociedade. Não as encontramos com frequência nos lugares de convívio social, como escolas, universidades, cinemas, clubes, dentre outros espaços. Ao longo do tempo, esse grupo enfrentou inúmeros obstáculos para ser reconhecido como sujeito de direitos, com suas capacidades reconhecidas. As políticas públicas implementadas nas últimas décadas têm sido uma tentativa de atender a essas necessidades, negligenciadas por muito tempo. A promulgação da Lei nº 10.436 de 2002, reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão, tornando obrigatória a sua adoção. São iniciativas fundamentais para fomentar a dignidade a essas pessoas, na busca por inclusão e visibilidade. Atualmente, a cidade de Dourados no Estado de Mato Grosso do Sul conta com a Central de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais (CIL), um projeto do Governo Federal, ligado à Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e à Secretaria de Direitos Humanos. Tem por objetivo estabelecer um elo entre os surdos e os ouvintes, com a finalidade de promover a comunicação por meio da Libras, visando a interação, preservação e garantia de alguns direitos em sociedade. Como aporte teórico será utilizado Antonio Gramsci, fundamental para as relações que emergem da sociedade e do Estado no contexto mais amplo do capitalismo e Lev Semionovitch Vigotski com as interações sociais. Pretende-se analisar a relação entre grupo de surdos e a sociedade, e verificar a influência que um exerce sobre o outro, ampliar o diálogo acadêmico sobre a questão da marginalização e exclusão dos surdos em muitos aspectos da sociedade, compreender barreiras linguísticas, sociais e culturais que dificultam sua plena participação e inclusão e identificar estratégias eficazes para promover a inclusão e a participação plena dos surdos na vida em sociedade em geral. A metodologia de pesquisa foi empírica, com pesquisa de campo, análise bibliográfica, documental e produções acadêmicas que envolvam o tema abordado, fundamentado na perspectiva da constituição do ser humano como um ser social, isto é, que vive em sociedade. Por fim, a pesquisa contou com apoio da Pastoral dos Surdos da Igreja São Jose da cidade de Dourados no Estado de Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Pessoas surdas. Grupos subalternos. Sociedade. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The research 'Silent voices: the deaf as a social group subaltern and the church as an agent of inclusion', the aim is to expand the academic dialogue on the issue of deaf subalternity, contributing to greater awareness and sensitivity in relation to the unique needs and experiences of this community. By highlighting the silent voices of deaf people, we seek to promote positive and meaningful change towards a more inclusive and fair society for all. The justification is based on the relevance of understanding the experiences of deaf people as a social group, as well as its potential importance in identifying strategies to promote the inclusion and empowerment of this community. It is important to reflect on the reality of deaf people, who, despite existing in various parts of Brazil, are still made invisible, stigmatized and marginalized by society. We don't often find them in social places, such as schools, universities, cinemas, clubs, among other spaces. Over time, this group faced numerous obstacles to be recognized as subjects of rights, with their capabilities recognized. Public policies implemented in recent decades have been an attempt to meet these needs, which have been neglected for a long time. The promulgation of Law No. 10,436 of 2002 recognizes Libras as a legal means of communication and expression, making its adoption mandatory. These are fundamental initiatives to promote dignity for these people, in the search for inclusion and visibility. Currently, the city of Dourados in the State of Mato Grosso do Sul has the Brazilian Sign Language Interpretation Center (CIL), a Federal Government project, linked to the National Secretariat for the Promotion of the Rights of Persons with Disabilities and the Secretariat of Human rights. It aims to establish a link between deaf and hearing people, with the purpose of promoting communication through Libras, aiming at interaction, preservation and guarantee of some rights in society. As a theoretical contribution, Antonio Gramsci will be used, fundamental for the relationships that emerge from society and the State in the broader context of capitalism, and Lev Semionovitch Vygotski with social interactions. The aim is to analyze the relationship between a group of deaf people and society, and verify the influence that one exerts on the other, Expand the academic dialogue on the issue of marginalization and exclusion of deaf people in many aspects of society, understand linguistic, social and cultural factors that hinder their full participation and inclusion and identify effective strategies to promote the inclusion and full participation of deaf people in life in society in general. The research methodology was empirical, with field research, bibliographic and documentary analysis and academic productions involving the topic addressed, based on the perspective of the constitution of the human being as a social being, that is, one who lives in society. Finally, the research was supported by the Pastoral dos Surdos of the São Jose Church in the city of Dourados in the State of Mato Grosso do Sul.

Keywords: Deaf people. Subaltern groups. Society. Social movements.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: PRIMEIROS PASSOS DA PESQUISA.....	16
1.1 QUESTÕES INICIAIS	16
1.2 RELATOS SOBRE OS PASSOS METODOLÓGICOS	18
1.3 DESCRIÇÃO SOBRE O ENCONTRO DE SURDOS NA PASTORAL DOS SURDOS	21
1.4 O CAMINHO INVESTIGATIVO	25
1.5 ANÁLISE DOS RELATOS COLETADOS DO QUESTIONÁRIO.....	27
CAPÍTULO 2: GRUPOS SOCIAIS E SUBALTERNIDADE.....	35
2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE GRUPOS SOCIAIS.....	35
2.2 O OLHAR PARA OS SUBALTERNOS	37
2.3 A COMUNIDADE SURDA E O CONCEITO DE SUBALTERNIDADE.....	40
CAPÍTULO 3: PERCURSOS HISTÓRICOS E A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS SURDOS	44
3.1 PERCURSOS HISTÓRICOS E O RESPEITO AO DIREITO DE SER DIFERENTE	44
3.2 PRINCIPAIS ASPECTOS NORMATIVOS QUE AMPARAM AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	47
3.3 VISÃO SOCIOANTROPOLÓGICA DA SURDEZ.....	52
3.4 ANÁLISE SOBRE A DEFICIÊNCIA NA PERSPECTIVA DE VIGOTSKI.....	54
3.5 ASPECTOS GERAIS DOS MOVIMENTOS SURDOS	55
3.6 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A COMUNIDADE SURDA	56
CAPÍTULO 4: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - ELEMENTO CENTRAL DE RECONHECIMENTO DAS PESSOAS SURDAS COMO CIDADÃS .	59
4.1 A OFICIALIZAÇÃO DA LIBRAS COMO MARCO NA INCLUSÃO EDUCACIONAL DAS PESSOAS SURDAS	59
4.2 IMPACTO SOCIAL DA LINGUAGEM NA INTEGRAÇÃO DA PESSOA SURDA	63
4.3 A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) COMO ELEMENTO CONSTITUINTE DAS INTERAÇÕES DOS SURDOS NA IGREJA	66
4.4 A IGREJA COMO AGENTE DE MUDANÇA SOCIAL	69
4.5 IDENTIDADE SURDA	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
APÊNDICE 1: QUESTIONÁRIO SOCIOCULTURAL	83
APÊNDICE 2: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	84

INTRODUÇÃO

A escolha do tema foi feita em um contexto de observação dos problemas encontrados cotidianamente pela comunidade surda, grupo que muitas vezes não tem oportunidade de gestão e cuidados de si.

As possibilidades de estudar a comunidade surda por meio da sociologia são diversas. Isso porque a sociologia vai além de analisar o mundo social, busca compreender os grupos sociais e a forma como eles se desenvolvem. Configura-se, então, como a verificação da relação do homem com o meio em que está inserido, tendo o papel de auxiliar nas reflexões como sujeitos, o que possibilita o confrontar de pontos de vista e uma leitura do mundo para a compreensão do indivíduo nas relações sociais; é a ideia de colocar-se no lugar do outro para compreender as relações sociais. Com base nisso, a sociologia serve de instrumento para estudar a comunidade surda, buscando a reflexão sobre a realidade desse grupo, contribuindo com os avanços cotidianos. A pesquisa ‘Vozes silenciosas: os surdos como grupo social subalterno e a igreja como agente de inclusão’, tem-se por pretensão: Conscientizar e sensibilizar as necessidades das pessoas surdas, destacar as vozes silenciadas dentro da sociedade e promover uma sociedade mais inclusiva e justa. Ampliar o diálogo acadêmico sobre a questão da marginalização e exclusão dos surdos em muitos aspectos da sociedade. Compreender barreiras linguísticas, sociais e culturais que dificultam sua plena participação e inclusão e identificar estratégias eficazes para promover a inclusão e a participação plena dos surdos na vida em sociedade em geral.

A motivação acadêmica de estudar a comunidade surda vem do fato de ter, no meu seio familiar, uma irmã surda, e de ter vivenciado o quão restritas são as oportunidades de interação social. Para os que estão de fora, a segregação está na deficiência auditiva, mas para os que convivem e sabem do alto potencial cognitivo da pessoa surda, a deficiência está naqueles que não sabem a incluir em seu meio. Em razão da relação afetiva com os surdos e da busca pela melhor compreensão das condições ofertadas de existência desse grupo, surgiu o interesse em pesquisar os surdos. Já justificativa acadêmica esta pautada na comunidade surda, que há muito tempo tem sido marginalizada e excluída de muitos aspectos da sociedade, enfrentando barreiras linguísticas, sociais e culturais que dificultam sua plena participação e inclusão. Esta pesquisa busca abordar a situação dos surdos como um grupo social subalterno, explorando as diversas formas de discriminação e opressão que enfrentam em suas vidas diárias.

Dessa forma, é importante refletir sobre a condição social das pessoas surdas, pois ao longo do tempo muitos foram os obstáculos para serem consideradas como seres humanos, com garantias e direitos.

O trabalho de campo foi realizado na Pastoral dos Surdos de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul, que foi o objeto de prova da falta de inclusão dos surdos que estão a nossa volta, como no mundo do trabalho, nas ruas, nos ambientes de lazer, apenas para exemplificar. Dito isso, espera-se entender o porquê de serem invisibilizados e se esse fator está ligado às questões de acessibilidade linguística entre surdos e não surdos e a demais fatores.

A pesquisa tem por espaço temporal os anos de 2021 a 2022, com enfoque na cidade de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul, sendo que o problema investigado é: a comunidade surda está incluída no município de Dourados?

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, sendo organizado da seguinte forma. O primeiro capítulo apresenta as metodologias adotadas na pesquisa, com campo empírico realizado na Pastoral dos Surdos na Igreja São José, na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul.

O segundo capítulo relaciona o objeto da pesquisa com alguns fundamentos do materialismo histórico, de Gramsci, mais especificamente a partir do seu conceito de “grupos sociais subalternos”. Na sessão, os surdos poderão ser mais bem entendidos a partir dos elementos que caracterizam a subalternidade a qual alguns grupos sociais são lançados. Grande parte de suas dificuldades existenciais pode ser entendida por meio desse condicionamento forçado. Partindo da abordagem teórica de Lev Vygotsky, que trata em seus estudos do potencial das pessoas com deficiência, e de não seus defeitos, busca-se compreender uma maneira de entender a deficiência, desvinculando-a do aspecto biológico e limitador.

No terceiro capítulo é realizada uma abordagem sobre a importância da organização dos surdos no contexto social, político e cultural. A organização coletiva desse grupo é uma das saídas para a condição de subalternidade a qual se encontram e, portanto, como ponto importante para sua emancipação social.

Por fim, o quarto capítulo explora as dimensões e os desafios da inclusão de pessoas com deficiência auditiva no Brasil, com ênfase na importância da Libras como ferramenta de inclusão educacional como um componente da identidade cultural dos surdos, facilitando o acesso à educação e favorecendo a inclusão da comunidade surda.

CAPÍTULO 1:

PRIMEIROS PASSOS DA PESQUISA

1.1 QUESTÕES INICIAIS

A definição da presente pesquisa está vinculada à experiência pessoal da autora. A vivência próxima com uma pessoa surda gerou as seguintes questões: Quando estes, considerados pelo pensamento dominante como incapazes, passarão a ser membros ativos da sociedade? Quando passarão a ser construtores da própria história? Poderão ser referência de superação? Faz-se necessário refletir acerca da condição social das pessoas surdas, pois, historicamente, muitos foram os obstáculos para que elas fossem consideradas seres humanos capazes, com a garantia de direitos sociais.

A convivência com uma integrante surda da família possibilitou perceber o quanto ela sempre se esforçou para estabelecer uma comunicação com as pessoas oralizadas e sempre sobrevinham as frustrações. Foi tratada por muitos com piedade ou até com desprezo, tanto no contexto familiar quanto fora dele. Todos esses exemplos são de condições que contribuem para as dificuldades de convivência e relacionamento social.

Vivemos em uma sociedade que sofre tensões diversas, devido a um mundo complexo, onde grupos sociais são constantemente marginalizados. Ao abordar a questão da deficiência, em geral, remete-se apenas às características que eles possuem, ou seja, às diferenças.

Segundo Oleszkiewicz (2021), no contexto social, a surdez ocasiona problemas difíceis de superar, resultando em convicções mais negativas sobre o equilíbrio das correspondências sociais, possivelmente pelo sentimento de isolamento e estigma. Em outras palavras, a surdez pode ter consequências mais negativas no funcionamento social, pois os surdos têm menos confiança geral nos outros e entendem sua troca social como desequilibrada e injusta.

A explicação para tal concepção é que a surdez é considerada culturalmente uma diferença, a qual é definida como uma distinção política, construída histórica e socialmente. Essa diferenciação, ao longo da história devido a conflitos e movimentos sociais, surge da resistência às disparidades de capacidade e conhecimento entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte. (Skliar, 2012).

O desenvolvimento da pesquisa será realizado mediante trabalho de campo, sustentado em levantamento bibliográfico, documentos e análise de produções acadêmicas que envolvam o tema abordado. O estudo estará fundamentado na perspectiva da constituição do ser humano

nas relações sociais.

A pesquisa começou em meados do mês março de 2021, período em que o Brasil e o mundo passavam por um forte momento de tensão. O País apresentava índices acentuados nos casos de Covid-19. Começavam as restrições sanitárias, os períodos de isolamentos, as restrições de contato entre os indivíduos, os altos índices de infectados, os números de mortos e de leitos hospitalares com superlotação.

A busca por um grupo organizado na cidade de Dourados (MS), em meio a esse caos, ficou muito difícil. A única forma facilitadora no momento era a utilização da rede de internet, por meio de pesquisa nas redes sociais. Dessa forma, foram encontradas a ASSIMD (Associação de Surdos e Tradutores/Intérpretes Mãos Douradas) e a Pastoral dos Surdos da Igreja São José Operário.

A ASSIMD é uma organização não governamental criada em 24 de outubro de 2013. Trata-se de um espaço de informações sobre Libras, cultura surda, tradução e interpretação. No entanto, aparentemente, encontra-se desativada desde meados de agosto de 2020. Seus meios de comunicação, por exemplo e-mail e site, estão desativados, e o Facebook se encontra sem movimentação (última postagem realizada em 14 de agosto de 2020).

Antes de falar da Pastoral dos Surdos, cabe informar que as Pastorais são uma ação, um movimento criado pela Igreja Católica que tem por missão continuar as ações de Jesus Cristo, evangelizando e proclamando o Evangelho a todos. Essas pastorais são divididas em vários tipos e iremos nos direcionar especificamente à Pastoral do Surdo de Dourados (MS) – a qual em outubro de 2023 completou 20 anos de existência.

A Pastoral do Surdo de Dourados (MS) tem suas ações organizadas e direcionadas aos surdos e às surdas. O grupo é composto por surdos e surdas e voluntários ouvintes (intérpretes). Sua missão é por uma ação evangelizadora da Igreja Católica, organizada com os surdos e para os surdos. Seus objetivos incluem levar a palavra de Deus aos surdos, proporcionando-lhes a oportunidade de conhecer e viver a fé por meio da liturgia e da catequese, preparando-os para os sacramentos e demais atividades necessárias para sua inclusão na vida cristã.

Além do objetivo de levar a evangelização para os surdos, a pastoral busca o fortalecimento da Libras, cultura, identidade e comunidade, com a missão de congregar o surdo com o grupo familiar e com toda a sociedade de forma justa e solidária, ajudando no acolhimento e na convivência com os ouvintes, conforme a passagem bíblica do evangelho de Jo “para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10b). A trajetória da Pastoral iniciou-se na Paróquia Nossa Senhora de Fátima, e nos dias atuais as ações estão centralizadas

na Igreja São José do Operário, e a pastoral tem como líder coordenadora uma surda, fazendo um grande diferencial no processo de aproximação de novos membros surdos.

Nesses 20 anos de criação, somente nos últimos 05 anos ela vem conseguindo ter visibilidade, e nesses últimos anos teve que adaptar ao período da pandemia, que fez com que os encontros fossem adaptados para a forma remota, dentro das possibilidades de cada um em razão da falta de acesso as tecnologias para poderem acompanhar. Foram vários períodos de restrições, e retorno quando liberado pelos decretos foram sendo realizados de forma gradativas, e por decisão da pastoral esses encontros que eram realizados antes da missa foram modificados, para serem realizados apenas para a celebração eucaristia. Uma vez mês a pastoral visita outras paróquias para levar conhecimento dela para os surdos que pertencem a outras comunidades.

1.2 RELATOS SOBRE OS PASSOS METODOLÓGICOS

Para iniciar o estudo metodológico, é necessário conhecer o conceito de ciência social, é necessário para o pesquisador identificar o que está desenvolvendo.

Mills (1975, p. 26) conceitua que:

A ciência social consiste, é claro, daquilo que os cientistas sociais, como tal reconhecidos, estiverem fazendo em determinado momento – mas nem todos estão fazendo a mesma coisa, na verdade, nem mesmo coisas parecidas. A ciência social é também o que os cientistas sociais do passado fizeram – mas diferentes estudiosos acolhem e usam diferentes tradições em suas disciplinas.

De acordo com Mills, a ciência social é a base da construção dos métodos científicos, a fim de que estes sejam desenvolvidos, compreendidos e comprovados diante do problema social. Significa, nessa esteira, buscar respostas além do que está colocado, indagar o problema social, desenvolver a razão para entender o coletivo e o individual no momento histórico em que se vive.

Ainda de acordo com Mills (1975, p. 11-12), é necessário desenvolver a imaginação sociológica para estudar o fenômeno sociológico.

A imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos. Permite-lhe levar em conta como os indivíduos, na agitação de sua experiência diária, adquirem frequentemente uma consciência falsa de suas posições sociais. Dentro dessa agitação, busca-se a estrutura da sociedade moderna, e dentro dessa estrutura são formuladas as psicologias de diferentes homens e mulheres.

Através disso, a ansiedade pessoal dos indivíduos é focalizada sobre fatos explícitos e a indiferença do público se transforma em participação nas questões públicas.

A respeito da ideia acima, referente à imaginação sociológica, destaca-se que:

A utilização da ‘imaginação sociológica’ se fundamenta na necessidade de conhecer o sentido social e histórico do indivíduo na sociedade e no período no qual sua situação e seu ser se manifestam. Mills também sugere que por meio da ‘imaginação sociológica’ os homens podem perceber o que está acontecendo no mundo, e compreender o que acontece com eles, como minúsculos pontos de cruzamento da biografia e da história, na sociedade (Mills, 1975, p. 14).

Nesse sentido, Mills descreve a imaginação sociológica como a consciência de perceber a interação entre indivíduo e sociedade, considerando os interesses em disputa, sem interferência direta de experiências e observações pessoais. Trata-se de uma ferramenta que permite estudar o fenômeno de modo analítico/reflexivo sem limitação, enxergando com clareza as mudanças da sociedade e expondo os problemas estruturais.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, existe a necessidade de uma fundamentação científica. “A pesquisa tem importância fundamental no campo das Ciências Sociais, principalmente na obtenção de soluções para problemas coletivos” (Lakatos, 2021, p. 14). Assim: “São duas as finalidades da pesquisa [...]: ‘acumulação e compreensão’ dos fatos levantados. Esse levantamento de dados se faz por meio de hipóteses precisas, formuladas e aplicadas sob a forma de respostas às questões (problema da pesquisa)” (Bunge, 1972, p. 9 *apud* Lakatos, 2021, p. 14).

Ao delimitar o objeto, pretende-se analisar o contexto da relação entre grupo de surdos e sociedade, examinando a conexão pessoal do grupo com o contexto social, verificando a influência que um exerce sobre o outro, com o objetivo de constatar as mutações da sociedade e seus possíveis problemas estruturais, na tentativa de que haja uma explicação que os vincule.

Conforme Mariotti (2010, p. 187):

Mudar a maneira habitual de pensar é um processo que depende muito de nossa capacidade de acolher e adotar novas ideias. A experiência mostra que isso quase sempre é muito difícil, mesmo quando sabemos que a mudança é necessária e até mesmo vital.

Ou seja, é fundamental que não haja resistência a mudanças ou medo de adaptações, uma vez que estas nos levam a outros patamares de construção social. Além disso, buscar entender a história dos surdos proporcionará reflexões e questionamentos acerca dos diversos acontecimentos que os envolvam.

Diante da definição do objeto a ser pesquisado, passa-se, então, a observar e enxergar sua complexidade, propondo uma análise a respeito das variáveis e dos problemas existentes.

A presente dissertação será embasada em revisões bibliográficas que abordam temáticas sociológicas e históricas sobre o assunto escolhido. O objetivo é entender a mobilidade, fundamentada na perspectiva da constituição do ser humano no contexto das relações sociais, com ênfase na sua interação com a sociedade.

Por esse caminho, será necessário estabelecer uma conexão entre história e fontes bibliográficas; nesse contexto, a imaginação sociológica de Mills se apresenta, permitindo compreender a ligação existente, fundamentada na necessidade de conhecer o indivíduo em relação à sociedade.

Para o desenvolvimento, alicerça-se o marco teórico em Antonio Gramsci, que tem sua base nos pressupostos metodológicos da teoria social de Marx, com fundamento nas análises de situações concretas. Assim, será fundamental o entendimento das relações entre sociedade e Estado, a fim de compreender o processo histórico sedimentado, que contém elementos os quais contribuem para a construção da luta contra as desigualdades. Isso permitirá perceber o próprio movimento histórico e norteará o desenvolvimento do trabalho, a pesquisa de campo e a revisão bibliográfica.

Marconi e Lakatos informam que “tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queria confirmar, e ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato” (1999, p. 33).

O trabalho foi executado em duas etapas; para o primeiro momento, foi realizado o trabalho de campo, mediante observação participante do Grupo da Pastoral dos Surdos. Espera-se que esse instrumento metodológico seja capaz de potencializar uma leitura crítica sobre a estrutura social, na tentativa de capturar os fatos que possam elucidar os fenômenos que deixam referido grupo em desvantagem, levando à ocorrência do fenômeno de formação de grupos subalternos. A segunda etapa consistirá no levantamento bibliográfico e na leitura das obras que tratam dos aspectos teórico-críticos a respeito das questões da comunidade surda e dos grupos subalternos.

A estrutura da pesquisa se delineará primeiramente na definição do objeto. Em seguida, será conduzida com os métodos de pesquisa, valendo-se da análise qualitativa, com a finalidade de situar a pesquisadora no contexto geral em que se situa a temática. Entre as várias técnicas de coleta de dados, será utilizada, na presente dissertação, a aplicação de questionário, estruturado com 18 questões, divididas entre dados pessoais e socioculturais, com o intuito de

identificar o perfil sociológico do fenômeno estudado, suas variáveis e os problemas que envolvem a comunidade ora estudada.

Segundo Gil, o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (Gil, 1999, p. 128).

Como destacado, pretende-se utilizar o método observacional para alcançar a pretensão do tema, pois o olhar e o ouvir são ferramentas essenciais na pesquisa, auxiliando a pesquisadora no escrever em articulação com as informações do campo.

1.3 DESCRIÇÃO SOBRE O ENCONTRO DE SURDOS NA PASTORAL DOS SURDOS

O processo da pesquisa será o caminho para a construção do entender os fatos de forma verificável, sendo, portanto, necessário dialogar com a realidade a qual se pretende investigar. Para alcançar esse propósito, é fundamental a realização da pesquisa de campo, a qual procede a observação dos fatos e do fenômeno a ser estudado, com o objetivo de compreender e explicar o problema pesquisado.

Sobre a atividade de pesquisa, segundo José Filho (2006a, p. 64), “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”.

A tentativa de conhecer qualquer fenômeno estudado torna essencial a aproximação com a população ora estudada (no caso, a população surda), dado o intuito de buscar informações de forma direta. Assim, foi feita a opção por ir ao espaço onde eles realizam seus encontros ou aos ambientes em que eles convivem para reunir as informações a serem mapeadas e entender os fatos e os fenômenos estudados.

É certo que o intuito da pesquisa não é desvendar uma verdade absoluta e indiscutível, mas sim tentar compreender os obstáculos enfrentados pelo grupo em estudo, durante a pandemia de Covid-19. O primeiro caminho escolhido foi realizar uma filtragem em pesquisa pela internet, buscando por sites e redes sociais (Facebook e Instagram). Foi uma busca bastante desafiadora, uma vez que não havia conhecimento ou informação referente à comunidade surda.

Em pesquisas que demandam trabalho de campo, o contato do pesquisador com os seus informantes é basilar. Não se trata, porém, de uma tarefa fácil, pois nem sempre essa localização é obtida com facilidade.

A pesquisa via internet foi utilizada na tentativa de localizar grupos de surdos. Além da ASSIMD, foram encontradas informações referentes à Central de Interpretação de Libras (CIL). Trata-se de um projeto do Governo Federal, ligado à Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – reativada em 11 de maio de 2021 – em parceria com o município de Dourados. Atualmente, a CIL não faz parte de uma secretaria, está ligada diretamente ao gabinete do prefeito. A finalidade do projeto é promover a comunicação por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), visando a inclusão, preservação e garantia de alguns direitos do surdo em sociedade.

O projeto em Dourados conta com dois funcionários ouvintes e intérpretes, para atuarem na prestação de informações com a disponibilização de tradução/interpretação em Libras/Língua Portuguesa. Somente quando solicitado pelos surdos, por algum órgão, ou por terceiros que necessitem de auxílio, os profissionais atuam como um elo entre o surdo e o ouvinte.

Durante a realização do trabalho, houve frequentes retornos à CIL, com a intenção de buscar membros da comunidade surda para realizarem o cadastro, uma vez que os dados que eles tinham se limitavam aos que constavam no Cadastro Único. Muitas vezes, o paradeiro desses surdos também era desconhecido, pois o ambiente estava inteiramente em construção. Nas últimas visitas, um dos funcionários mencionou um grupo de catequese da Igreja Católica São José; a partir de então, foi iniciada a busca por esse grupo, sem muitas informações anteriores, mas com o auxílio da internet e das redes sociais – ainda no período da pandemia – o grupo foi localizado.

Durante vários dias, foi recorrente a realização de buscas, na tentativa de estabelecer contato; entretanto, alguns setores, no período de isolamento da pandemia, migraram para o trabalho remoto, enquanto outros suspenderam as atividades (o que ocorreu com a Pastoral dos Surdos).

A opção por observar a Pastoral dos Surdos foi feita partindo do pressuposto de que, por mais que exista a ideia de que os surdos vivem em comunidade, em grupos, nem sempre é isso que se verifica na realidade. Nesse sentido, a pastoral foi o único local que, no momento de realização da pesquisa, possuía características de grupo.

A Pastoral dos Surdos da Igreja São José do Operário é uma ação da igreja de evangelização. Por intermédio da liturgia e da catequese, seu objetivo é ajudar o surdo a comunicar-se com sua família, com outros surdos e com outros ouvintes. São realizados, para isso, encontros, missas, palestras, orientações (social, política, sexual e de lazer). A Pastoral é

composta por voluntários ouvintes (intérpretes), os quais ajudam na celebração da missa, nos encontros, na sinalização da celebração e na organização do momento com e para os surdos.

A trajetória de aproximação com o grupo da pastoral teve início por intermédio da Secretaria da Paróquia, que disponibilizou o contato de uma pessoa ouvinte intérprete que compõe a equipe. Como mencionado, ainda estávamos em período de pandemia da Covid-19. Havia, portanto, algumas atividades, mas as reuniões em grupo ainda não poderiam ocorrer, devido aos decretos vigentes.

A paróquia estava transmitindo a missa via Facebook e havia intérprete surdo e ouvinte para que os membros pudessem participarem de forma online. Para aqueles que não tinham condições de assistir remotamente, por ausência de equipamentos, o Frei da paróquia disponibilizou essas ferramentas. A catequese, por sua vez, era gravada e disponibilizada via YouTube, aos sábados, quando eram trabalhadas as leituras e os evangelhos da missa.

Aos poucos, foram sendo publicados novos decretos que mantinham algumas restrições e traziam algumas flexibilizações, permanecendo a determinação de que encontros que caracterizavam aglomeração não podiam ocorrer.

Assim que foi possível o retorno das atividades em grupo, começaram as tentativas de reunião, em meados de março de 2021. Os encontros passaram a ser realizados aos sábados, antes da missa das 18h, em torno das 17h30min. Na oportunidade, as pessoas se reuniam para conversar sobre algumas passagens bíblicas que seriam trabalhadas na missa.

Segundo informação de um membro ouvinte (o primeiro contato direto da pesquisadora com alguém que faz parte do grupo), aproximadamente 15 (quinze) pessoas surdas compõem o grupo, dentre as quais 5 (cinco) se deslocam de outro município para participar da atividade. Com efetividade, participam em torno de 8 (oito) membros. Após o retorno da pandemia, o grupo sofreu redução na frequência, abreviando os encontros que antecedem a missa. Atualmente os encontros não estão ocorrendo. Em contrapartida, a catequese itinerante acontece, na intenção de agregar novos membros. Além disso, o grupo da pastoral conta com a colaboração de 13 (treze) intérpretes de Libras, membros voluntários que participam da Pastoral.

Acerca do primeiro encontro presencial, sobressaiu o fato de que este ocorreu timidamente, pois esta pesquisadora não conhecia nenhuma das pessoas que fazem parte do grupo. Entretanto, durante esse processo reticente e a espera para o horário do encontro, foi possível observar as pessoas que ali estavam, iniciando-se uma aproximação, notadamente, após a percepção de que ali existia uma pessoa ouvinte (a ausência do domínio da Libras faria

com que o processo de comunicação não tivesse êxito).

Muito receptiva, a pessoa que acompanhava o grupo estabeleceu um diálogo por meio do qual foi possível obter algumas informações e conhecer um pouco dos que ali estavam também à espera.

Estavam presentes 3 (três) pessoas surdas, sendo 2 (dois) homens e 1 (uma) mulher, que se deslocavam do município de Laguna Caarapã para participarem do grupo aos sábados, de acordo com a disponibilidade de cada um. Quando perguntada de que forma teve conhecimento acerca da Pastoral (uma vez que não há muita publicidade sobre o grupo), a mulher informou que soube por meio de sua irmã mais nova, que participa da igreja, e atualmente, além de trazer seus irmãos para o grupo, ela contribui como intérprete voluntária.

Foi possível observar que os surdos que participam do grupo se sentem bem agregados e se relacionam com espontaneidade e alegria. Além disso, são recebidos e recebem com bastante interação e compartilhamento. Os estudos referentes à catequese partem da leitura de partes da Bíblia, e, em um dos encontros, a catequese estava sendo ministrada por uma surda (embora o grupo possua intérpretes). Nos encontros, é utilizada a Libras, com auxílio de material ilustrativo e escrito, a partir da seleção de trechos bíblicos referentes à leitura da Santa Missa do dia.

Em outra sessão, o grupo se reuniu somente para entrega das arrecadações de doações de agasalhos, se encaminhando, na sequência, para a igreja, onde participou da missa.

Além da paróquia São José, a pastoral realiza visita em outras paróquias de Dourados, a fim de apresentar a pastoral àqueles que participam da celebração da missa, sejam ouvintes ou surdos, e eventualmente se desloca para Laguna Caarapã, localidade onde residem cinco membros ativos.

Com a entrada das estações de outono e inverno, as sessões foram reduzindo (em alguns momentos, canceladas), fazendo com que o grupo começasse a dar pausas nos encontros presenciais antes da santa missa, reunindo-se apenas para fazer parte da celebração.

No processo de observação, percebe-se que não há heterogeneidade no que se refere à faixa etária das pessoas que participam, nem existem fluxos de procura de novos membros. Esse dado pode ter várias explicações: uma delas é o fato de ser uma ação específica da Igreja Católica; quando questionados, os frequentadores não souberam indicar possíveis motivos.

A partir de diálogos informais com uma intérprete, a respeito das dificuldades de organização do grupo, entende-se que: “[...] a maior dificuldade é o compromisso do surdo em ir à missa e à catequese. Nem todos conhecem a Libras, e são adeptos a sinalização, tornando a

comunicação a mola propulsora dos obstáculos, a ausência da comunicação poderá afastar ao invés de aproximar”.

A teoria do capital social, como proposta por Bourdieu (1980), nos proporciona uma perspectiva valiosa sobre como as redes de apoio sociais dentro das instituições religiosas podem criar inclusão para os surdos. Essas redes não apenas fornecem apoio social, mas também desempenham um papel significativo na construção da identidade e na percepção de pertencimento das comunidades surdas.

1.4 O CAMINHO INVESTIGATIVO

Este subitem aponta o caminho investigativo da pesquisa e apresenta as formas de coleta de dados que subsidiaram o trabalho. Diante do objeto de estudo e das escolhas metodológicas para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados aportes bibliográficos, a saber: livros, periódicos, teses e dissertações. Além disso, foram empregadas técnicas de coleta de dados à observação participante e um questionário estruturado na pesquisa de campo.

A observação é um elemento fundamental, pois preenche de vida e significado o objeto de estudo. Por isso, o ato de observar é muito frequente, pois envolve conhecer pessoas, coisas, acontecimentos e situações, ou seja, pode auxiliar na leitura da realidade social. Nesse sentido, segundo Lüdke e André (1986, p. 26), “a observação ocupa um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional e possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado”.

A validade da observação vai além das pesquisas educacionais: é extremamente útil para os demais campos de estudo, na medida em que transcende os atos de ver e entender. Trata-se, com efeito, de examinar e escutar, possibilitando que o pesquisador se aproxime do grupo observado, na busca por tornar-se parte, vivenciando as rotinas e podendo interagir com os sujeitos da pesquisa.

Entrar no campo foi um desafio, pois a falta de domínio da Libras e o fato de não conhecer ninguém, levando a contar com a colaboração do desconhecido, tornaram-se um ponto de dificuldade, que foi transposto com o surgimento de várias indagações.

Nesse contexto, deu-se início ao processo de observação, caracterizado notadamente pela escuta, antes de qualquer envolvimento com o grupo. Nessa etapa, o interesse foi direcionado a conhecer a rotina do grupo pesquisado, bem como ver e vivenciar algo que somente foi vivido com um sujeito (em um ambiente que se repetia em todos os sentidos, devido

à proximidade oriunda do grau de parentesco (irmãs)).

Por esse motivo, nessa fase, o foco foi na atenção e na relação com a experiência coletiva, sem nenhum vínculo de afeto direto; em outras palavras, foi o uso da minha pessoa e experiência na busca de enxergar os surdos no âmbito coletivo, na tentativa de examinar a surdez à luz daqueles que se encontram nessa condição.

Além da coleta de dados e da observação participante, foi utilizado o questionário, também chamado de *survey*, para obtenção de informações, apresentando as mesmas questões para todos os participantes, garantindo o anonimato. As perguntas do questionário sociocultural são compostas de questões objetivas e subjetivas, com a finalidade de atender às necessidades específicas da pesquisa. Os questionários foram aplicados mediante consentimento prévio dos participantes, sempre intermediados pelos intérpretes que fazem parte da pastoral, auxiliando em eventuais dúvidas acerca da interpretação das questões.

O auxílio de um intérprete no questionário se dá em razão da questão gramatical da língua portuguesa, pois “a sintaxe da Libras é diferente da sintaxe do português, pois a Libras é uma língua visual e gestual, e não uma língua falada (como é o português). A sintaxe, que se refere à maneira como as palavras são combinadas para formar frases e expressões” (Unidade de Ensino Superior Trava, c2024).

As coletas de dados ocorreram na Igreja São José do Operário; no primeiro momento, por meio da observação participante nos encontros do grupo da Pastoral dos Surdos e, nos momentos finais, na celebração eucarística, por meio da permanência da observação e da aplicação do questionário detalhado em item posterior.

Quadro 1: Delineamento Teórico-metodológico

Participantes da Pesquisa	Os participantes desta pesquisa foram: Todos os membros surdos da pastoral, mas os que responderam o questionário foram apenas três surdos que participam com habitualidade da Pastoral do Surdo.
Instrumentos	Os instrumentos utilizados na pesquisa foram: Observação participante (pessoas e espaço) e aplicação de questionário.
Procedimentos da pesquisa	Os procedimentos utilizados foram: localização de grupo/comunidade surda na cidade de Dourados (MS).
Procedimento para análise dos dados coletados	Os dados coletados foram analisados a partir da ideia de subalternidade.

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

1.5 ANÁLISE DOS RELATOS COLETADOS DO QUESTIONÁRIO

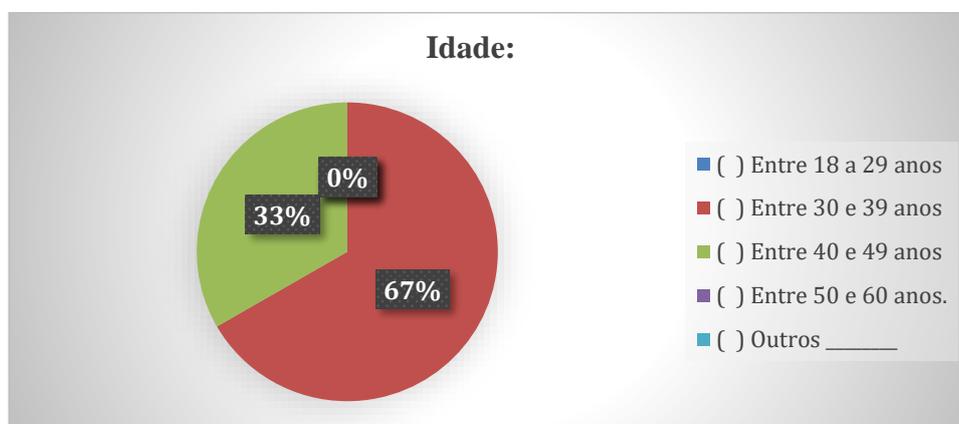
Como visto no Quadro 1, apenas 3 (três) participantes responderam ao questionário. Eles correspondem à quantidade de indivíduos que participam com habitualidade da Pastoral dos Surdos. Não houve critérios, pois o intuito era tentar aplicar o questionário a todos os participantes, mesmo aos que não frequentam regularmente. Para preservação da identidade dos sujeitos participantes da pesquisa, foram usados os códigos S1, S2 e S3.

A primeira questão foi elaborada com o intuito de analisar a faixa etária dos membros da pastoral. O Gráfico 1 aponta que, dentre os respondentes, 67% compreendem a faixa etária entre 30 a 39 anos; e 33%, entre 40 a 49. A estrutura etária daqueles que comparecem com habitualidade enquadra-se na pirâmide etária como adultos – esses dados são importantes na medida em que retratam a distribuição desses grupos. Nessas fases, os indivíduos já dominaram as habilidades básicas, mas ainda possuem um vasto potencial para se desenvolver em diversos aspectos.

Segundo Vigotski as interações sociais, são importantes para o desenvolvimento cognitivo, tornam-se ferramentas valiosas para o crescimento pessoal e profissional, por sua experiência e maturidade, pode exercer um papel crucial nesse processo de transformação social, alinhando ao pensamento de cultura hegemônica, influenciando as escolhas e oportunidades disponíveis para os indivíduos nessa fase, segundo Gramsci.

Essa faixa etária pode exercer um papel crucial na transformação social através da busca por novas experiências, do engajamento em atividades que promovam o aprendizado e da participação ativa na vida comunitária.

Gráfico 1: Faixa etária dos respondentes



O gráfico 2 trata acerca da localidade onde os membros residem. Todos os entrevistados estão no mesmo espaço geográfico. Muito embora a localidade dos participantes seja um dado

importante para a análise de um estudo, as teorias de Vigotski e Gramsci não se concentram diretamente nesse aspecto. Mas, fazendo uma análise em cima da teoria Gramsci, a localidade pode influenciar a hegemonia cultural ao determinar o acesso a diferentes culturas e perspectivas.

Gráfico 2: Local de residência dos respondentes



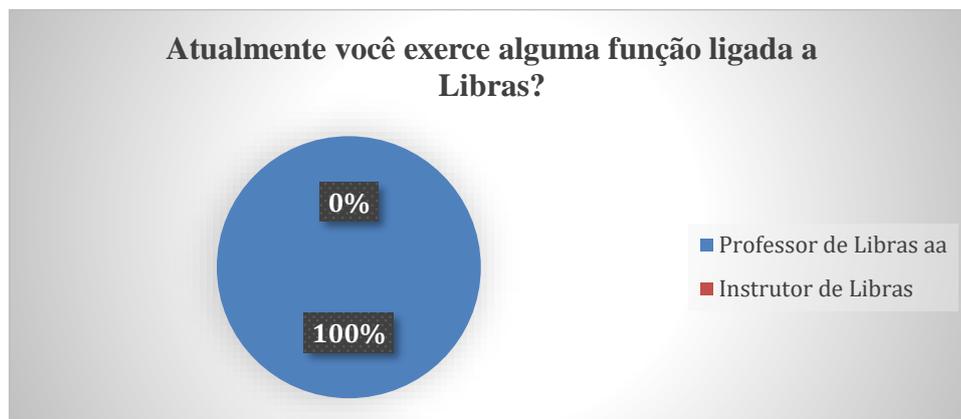
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Realizando uma análise em conjunto dos Gráficos 3 e 4, por sua vez, dispõem sobre o nível de instrução e se atualmente eles exercem função ligada a Libras. Devido ao nível de instrução dos que responderam, a aproximação com a comunicação tornar-se-ia parte integrante no desenvolvimento do ser humano, sendo utilizada para seu labor. Indivíduos com maior escolaridade geralmente possuem acesso a um leque mais amplo de conhecimentos e habilidades, o que lhes permite interagir com o mundo de forma mais complexa e resolver problemas de maneira mais eficaz, Vigotski, com sua teoria da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), trata desse aspecto de forma mais aprofundada.

Gráfico 3: Nível de escolaridade dos respondentes



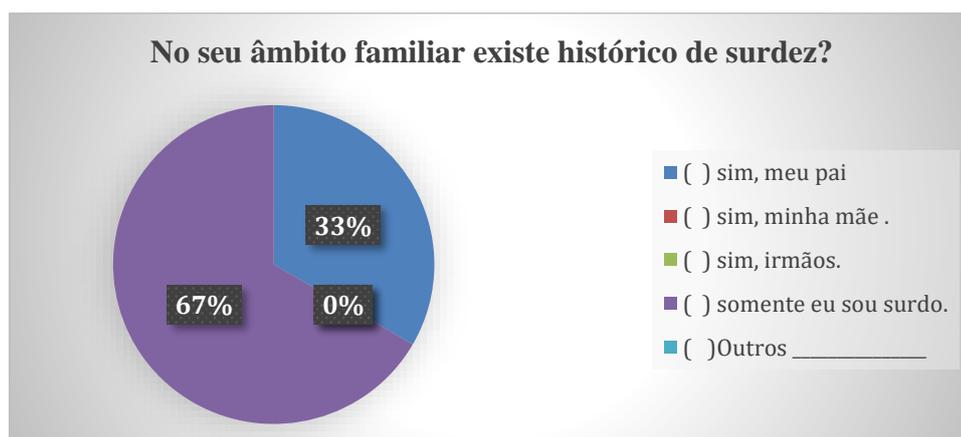
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.
Gráfico 4: Do exercício de função ligada a Libras



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Também foi questionado: “No seu âmbito familiar existe histórico de surdez” (Gráfico 5). Apenas um membro possui histórico familiar. Sublinhe-se que esses dados são mais relevantes para as pesquisas que envolvem a área da saúde, uma vez que se faz a análise genética dos familiares. Na perspectiva Gramsciana, a presença de um histórico familiar de surdez pode exercer uma influência significativa no desenvolvimento da linguagem e cultura surda, quebrando a hegemonia ouvinte e defendendo a valorização da Libras e da cultura surda.

Gráfico 5: Do histórico familiar de surdez

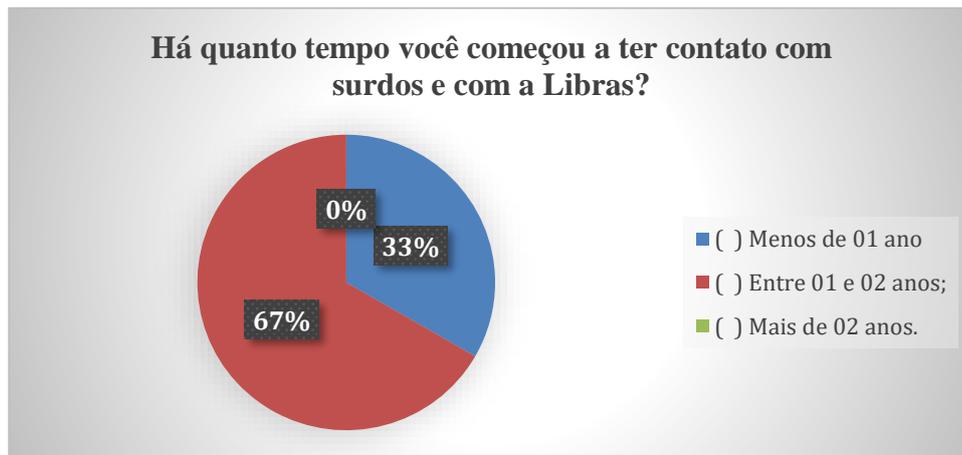


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

No que tange ao contato com surdos e Libras (Gráficos 6 e 7), todos possuem pouco tempo, devido às dificuldades em encontrar cursos de qualificação, e, eventualmente, quando disponíveis, o acesso não é fácil, bem como também existe dificuldade de locomoção para participar desses cursos. Quando questionado “Onde e como você aprendeu Libras?”, a resposta foi unânime: na escola, com colegas surdos. Ou seja, a comunicação através da Libras,

geralmente está associada aos seus pares, ao interagir com pares falante da Libras mais experiente, a criança surda tem a possibilidade de compreensão do signo e do mundo. Nessa senda, Vigotski (2010) afirma que pensamento (pré-verbal) e linguagem (não-racional) caminham juntos, ou seja, é na relação, na interação e no desenvolvimento. Sendo assim, na perspectiva vigotiskiana quanto mais cedo for estimulado à aprendizagem pode ocorrer com mais facilidade.

Gráfico 6: Do contato com surdos e Libras



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Gráfico 7: Aprendizado da Libras (local e forma)

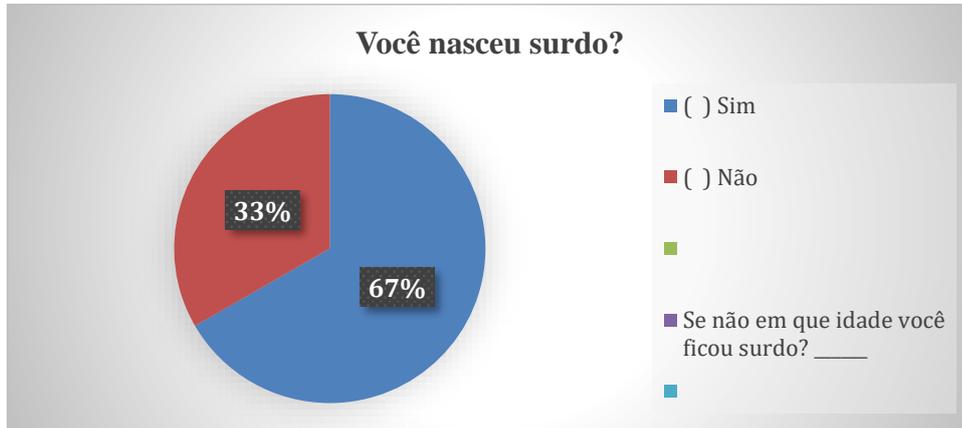


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

No Gráfico 8, diferenciam-se os que nasceram surdos daqueles que adquiriram a surdez em qualquer fase da vida por algum motivo (doenças, acidentes entre outras causas).

Nos estudos relacionados a obra Vigotski (2012), apontam que surdo quando nasce surdo, não tem os mesmos desafios daqueles que se tornam surdo após ao nascimento seja em qualquer fase da vida.

Gráfico 8: Do nascimento com surdez



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Quando ao “grau de perda auditiva (grau de surdez)”, 1 (um) tem perda severa e 2 (dois), profunda. No grau de surdez com perda profunda, eles não ouvem nenhum som de fala e pouquíssimos sons do ambiente, ficam privados de informações auditivas; já o grau de surdez com perda severa não ouve nenhum som de fala, e poucos sons são percebidos. Os níveis de surdez fazem diferença em todo o processo, pois dependendo do grau irá ter mais facilidade na comunicação.

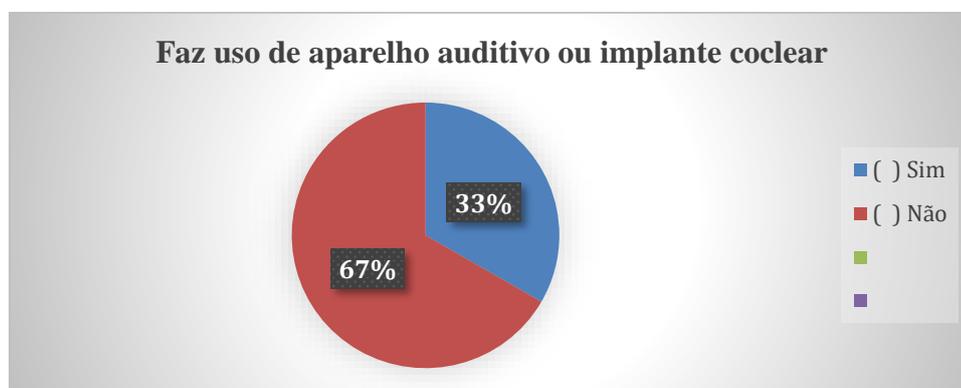
Gráfico 9: Do grau de perda auditiva



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Quanto à utilização de aparelho auditivo ou implante coclear (Gráfico 10), apenas 1 (um) deles faz uso. Não foram questionados os motivos aos que não fazem uso.

Gráfico 10: Do uso de aparelho auditivo ou implante coclear

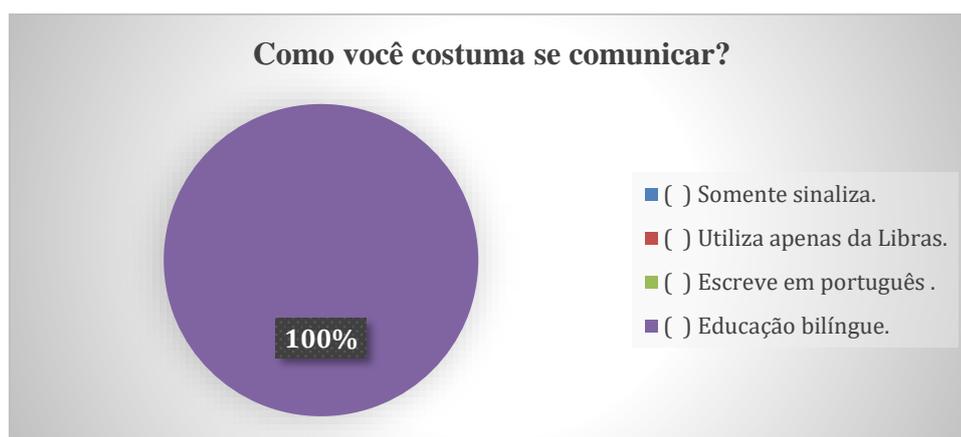


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Com relação à forma de comunicação bilíngue (Gráfico 11), os 3 (três) membros possuem educação bilíngue; isto é, eles conseguem ler e escrever em português e dominam a Libras.

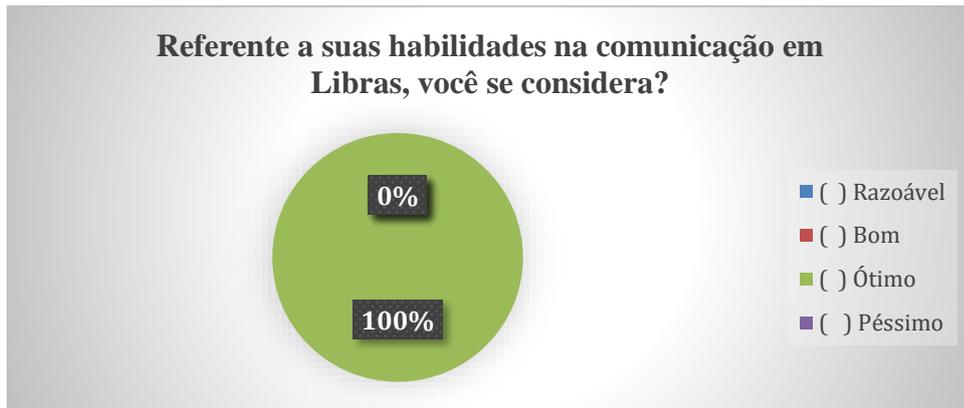
Quanto às habilidades na comunicação e ao entendimento em Libras (Gráfico 12), eles consideram “ótimo”, até mesmo porque são professores de Libras, cessando qualquer dificuldade.

Gráfico 11: Modos de comunicação entre os respondentes



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Gráfico 12: Nível de habilidades na comunicação em Libras



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

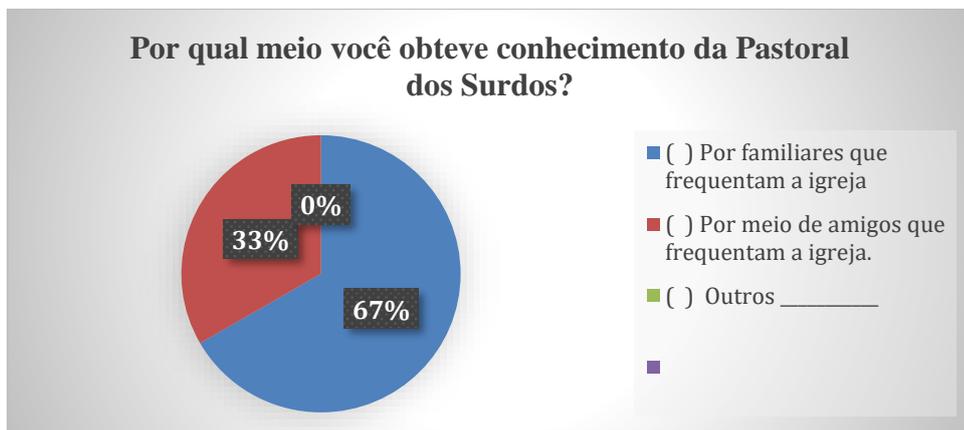
Gráfico 13: Nível de habilidades no entendimento da comunicação em Libras



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Os sujeitos da pesquisa conheceram a pastoral por meio de familiares e amigos que frequentam a igreja (Gráfico 14). Não havia como ser de outra forma, pois a pastoral, por suas características e por ter a religião à sua frente, acaba por ser mais restrita, embora não haja impedimentos ou condições para frequentar a igreja.

Gráfico 14: Fontes de conhecimento da Pastoral dos Surdos por parte dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Como já mencionado, os que participaram na fase do questionário, desde o momento da entrevista sempre foram assíduos, tanto nos encontros como celebração eucarística.

Gráfico 15



Os participantes S1, S2 e S3 responderam de forma unânime que participam de outros grupos nos quais se relacionam com ouvintes e surdos. Além disso, nos ambientes de trabalho e na própria pastoral eles estão em contato constante com ouvintes.

Sobre o conhecimento a respeito de outro espaço de encontro coletivo de surdos em Dourados ou região, obtiveram-se as seguintes respostas:

- S1 - Tem vários encontros como associação de surdo, evento, festa de churrasco, palestra com tema surdo e Libras.
- S2 - Encontros da associação, eventos, encontro bilíngue, Libras e igreja.
- S3 - Pastoral do surdo e eventos.

Quanto à participação em algum movimento social ou político, os participantes S1, S2 e S3 participam da Associação dos Surdos de Mato Grosso do Sul, localizada na cidade de Campo Grande (MS), mas não fazem parte de movimento político.

CAPÍTULO 2: GRUPOS SOCIAIS E SUBALTERNIDADE

2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE GRUPOS SOCIAIS

Os grupos sociais emergem das relações humanas que se estabelecem entre pessoas que continuamente compartilham vínculos e interações. Essas relações interpessoais deverão ser estáveis e, nelas, deve haver sentimento de atuação e participação, de modo que a formação desses grupos sociais contribua no processo de socialização dos indivíduos.

Dito de outro modo, os grupos sociais fazem parte da sociedade e podem ser encontrados em vários lugares. Agrupam-se sem imposição, são livres, reúnem-se com objetivos, interesses e valores em comum. Segundo Edgar Morin (1996, p. 48):

[...] a sociedade é, sem dúvida, produto da interação entre indivíduos. Essas interações, por sua vez, criam uma organização que tem qualidades próprias, em particular a linguagem e a cultura. E essas mesmas qualidades retroatuam sobre os indivíduos desde que vêm ao mundo, dando-lhes linguagem, cultura, etc. Isso significa que os indivíduos produzem a sociedade que produz os indivíduos.

As relações sociais são a conexão entre indivíduos e grupos. Trata-se da forma como as pessoas se conectam, interagem e se influenciam, da base para a formação de grupos e comunidades.

A partir da relação social, estabelece-se a interação social, que, por sua vez, tem papel de qualidade na vida dos seres humanos: é o aspecto fundamental para a existência, uma vez que o indivíduo é parte da formação da sociedade e compõe a compreensão das relações que o envolvem.

Os problemas sociais surgem das relações sociais estabelecidas, das regras de sociabilidade, do relacionamento do indivíduo com o coletivo, e são perceptíveis de forma latente nas discussões de raça, gênero, questões econômicas e crença, adaptadas às realidades de cada época.

De modo geral, a sociedade é marcada por desigualdade e exclusão social, circunstâncias que se agravaram com o capitalismo contemporâneo – sistema econômico e político que, em razão da concentração de riquezas, provoca privação dos indivíduos ou dos grupos sociais, problemas que estão longe de serem resolvidos.

É importante destacar que a exclusão social emerge da desigualdade social, da desintegração, dos comportamentos intolerantes: um cenário de fragmentação e

individualização que se consolida com os problemas sociais que desequilibram os mais diversos grupos.

No caso da pessoa com deficiência, a exclusão é enfrentada em todas as fases da vida, desde a infância, a exemplo da exclusão escolar motivada, geralmente, pela falta de recursos investidos em acessibilidade e pela incapacidade que o Estado tem de fornecer uma educação de qualidade (Abualghaib *et al.*, 2019).

Pessoas com qualquer deficiência são, ao longo da vida, metodicamente excluídas em todas as divisões da sociedade. O preconceito e o estigma sobressaem nesse contexto, com inúmeras formas de apresentação as quais prevalecem e se conectam. A discriminação é perceptível de diversas maneiras, e uma das mais explícitas é a maior exposição ao risco de violência cotidiana (Abualghaib *et al.*, 2019).

Nesse contexto, é relevante salientar que a exclusão social pode ser prejudicial para a saúde mental da população surda, na medida em que pode provocar diversos desequilíbrios emocionais e psicológicos. Afinal, a interação social é uma das necessidades básicas do ser humano, fundamental para o seu desenvolvimento (Costa *et al.*, 2020). Por isso, a inclusão e a exclusão das pessoas surdas na sociedade tornam-se assuntos que precisam ser discutidos, com foco na garantia do acesso a serviços básicos, a direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos (Batista, 2013).

A desigualdade social potencializa o processo de exclusão social, ocorrendo a segregação dos indivíduos e dos grupos, os quais são privados de usufruir e gozar dos direitos fundamentais a eles assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, afetando as minorias sociais que de forma isolada não conseguem alterar essa estrutura social.

Mazzili (2007, p. 595) argumenta que:

São inúmeras as condições marginalizantes, e, entre estas, incluem-se até mesmo sexo, raça, religião, proveniência regional ou nacional e outras condições derivadas de preconceitos (como determinadas doenças, idade, estatura, comportamentos sexuais minoritários ou até a própria aparência física – como as pessoas feias ou as obesas). Entretanto, em nada qualquer dessas condições diminui a dignidade do ser humano.

Com os fenômenos de exclusão, desigualdade e barreiras sociais, emergem grupos e classes sociais subalternizados; assim, é necessário compreender e desnaturalizar esse processo, pois esses elementos são suficientes para impedir que alguns grupos possam ter sua mobilidade social. Na visão de Foucault (2008), a exclusão e a inclusão são articuladas dentro de uma lógica com matrizes epistemológicas e socioculturais idênticas.

2.2 O OLHAR PARA OS SUBALTERNOS

Periodicamente, passamos por significativas mudanças enquanto sociedade, tais como a forma de organização política, os conflitos de interesses e as lutas sociais. E o sistema capitalista está sempre se adaptando a essas variações. O Estado, tentando manter o controle social, exerce as funções de mediador, intervindo com o intuito de manter o consenso, uma vez que os processos de transformação social estão sempre atrelados às disputas e/ou aos conflitos originados na divisão da sociedade em classes.

O sistema capitalista visa a produção econômica de bens em grande escala e a acumulação da riqueza, com fundamento nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. O Estado no sistema capitalista tem função de gestão e distribuição direta ou indireta, possui poder político para regular a produção e a sociedade. Portanto, no sistema capitalista crescem as desigualdades sociais, a exploração do trabalho humano e da natureza.

O conceito de Karl Marx sobre a luta de classes expressa a oposição de algumas minorias de grupos dominantes sobre uma maioria subalternizada, favorecendo, também, a existência de conflitos permanentes entre os interesses individuais e coletivos, e isso se explica devido à dinâmica social e às ações políticas, culturais e econômicas dos grupos humanos, que motivam as mudanças. (Cabral,2023)

Em relação ao termo “subalterno”, Spivak (2010, p. 12) o caracteriza da seguinte forma: “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, exclusão da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”.

Spivak (2010) utiliza o termo “subalterno” para se referir aos grupos marginalizados, os silenciados que não possuem voz ou representatividade na estrutura da sociedade: “estão situados nas camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Spivak, 2010, p. 8).

Antonio Gramsci, em sua produção, faz várias reflexões referentes aos grupos subalternos, considerados por ele grupos silenciados e desagregados os quais sofrem influência das classes dominantes. Faz, também, menção a iniciativas autônomas desses grupos, como a luta para livrar-se da subordinação e marginalização. Ele não tece apenas críticas à hegemonia

das classes dominantes, mas sim traça uma teoria política dos subalternos, estruturada a partir de sujeitos políticos que possam se organizar e se representar.

Através das suas reflexões, Gramsci traz a necessidade de contextualizar e precisar a historicidade dos grupos subalternos, pois a terminologia “subalterno” está ligada a vários contextos (questões de raça, etnias, gêneros, religião), e muitas vezes é utilizada de forma ampla. O autor ampliou as acepções do termo em seus escritos: em alguns momentos, ele utiliza a expressão no singular “subalterno e subalternidade” e em outros, “grupos subalternos e classes subalternas”,

Antonio Gramsci (2001, p. 138-139) aponta que:

As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar ‘Estado’: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função “desagregada” e descontínua da história da sociedade civil e, por este caminho, da história dos Estados ou grupos de Estados. Portanto, deve-se estudar: 1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos, através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica, assim como sua difusão quantitativa e sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, cuja mentalidade, ideologia e fins conservam por um certo tempo; 2) sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas destas formações para impor reivindicações próprias e as consequências que tais tentativas têm na determinação de processos de decomposição e de renovamento ou de nova formação; 3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos; 4) as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros; 6) as formações que afirmam a autonomia integral, etc.

Pode-se inferir que os grupos subalternos não estão unificados em classes sociais; além disso, o teórico conclui que as classes subalternas “por definição”, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem “se tornar Estado” (Gramsci, 2001, p. 228). Nesse contexto, não se pode afirmar que os subalternos não possuem capacidade e concepções próprias, eles apenas não têm à disposição mecanismos que possam atestar suas narrativas.

Dialogando com Antonio Gramsci, Gayatri Chakravorty Spivak apresenta a ligação entre subalternidade e desigualdade, desnaturalizando e destacando o processo de desigualdade, apontando que os subalternos são atores invisíveis, sem voz, encapsulados e ignorados, aqueles que não produzem nenhum efeito social, remetendo aos diversos problemas sociais. Em outras palavras, aqueles que receberam de herança posições sociais de inferioridade. Nessa conjuntura, Spivak busca compreender a questão da subalternidade na vida social.

Conforme Ferreira (2021), em sua pesquisa sobre o tema “subalternidade e desigualdade”, com base em Gramsci e Spivak:

Gayatri Spivak resgata Antonio Gramsci para dizer que o subalterno consiste naqueles grupos de sujeitos proletariados, excluídos pelas formas desiguais em que se instalam o mercado, a representação política e até mesmo a distribuição do capital cultural. Neste sentido, aos subalternos é legada a representação de que devem assumir posições sociais de inferioridade (1998, 2006, 2008, 2010).

Nesse sentido, é preciso compreender que as dificuldades são impostas aos subalternos de várias formas; a consciência de inferioridade, de ausência de direitos de voz fica definida pela hierarquia opressora dominante; o conceito, portanto, “se refere à perspectiva de pessoas de regiões e grupos que estão fora do poder da estrutura hegemônica” e “do pensamento hegemônico” (Spivak, 2010, p. 84).

A construção da subalternidade está vinculada à relação com o outro, com base no discurso dominante. Spivak (2010) questiona a posição do intelectual que julga ter autonomia para falar no lugar do outro em vez contribuir para a não existência da subalternidade. Isso não significa que o subalterno não sabe falar, ou se representar, mas sim que este sempre é intermediado por outrem.

Ainda na concepção de Spivak (2010), os termos “representação” e “re-presentação” são diferentes, na medida em que o primeiro é o ato de falar, teorizar por alguém, apenas uma ação de pessoas que desconhecem a luta a que se referem; o segundo é usual na arte e na filosofia – nesse sentido, o “falar por” e o “re-presentar”. Para a autora, estamos diante da dualidade do termo “representação”.

[...] representação estão correndo juntos: representação como ‘falar por’, como na política e representação como ‘re-presentar’ como na arte ou filosofia. Uma vez que a teoria também é apenas ação, o teórico não representa o (falar por) dos grupos oprimidos. [...] Estes dois sentidos de representação dentro do estado de formação e da lei, por um lado, e a predição do sujeito por outro lado, estão relacionados, mas irredutivelmente descontínuas (Spivak, 2010, p. 275).

De acordo com Spivak, “falar por” refere-se ao fato de a fala do subalterno e do colonizado ser sempre intermediada pela voz de outrem, que se coloca em posição de reivindicar algo em nome de um(a) outro(a)” (Almeida, 2010, p. 14).

Os surdos, como integrantes das classes sociais minoritárias, estão no centro de várias reflexões sobre seu lugar social e, principalmente, sobre sua representação, na perspectiva de um estigma de inferiorização ou incapacidade que lhes é atribuído pelos ouvintes. Esses

indivíduos subalternizados são silenciados, impedidos de ter voz ativa; em consonância com Spivak (2010), é necessário combater o silenciamento de todas as classes sociais minoritárias.

A surdez é uma deficiência invisível, dificultando a percepção dos sujeitos surdos na sociedade. A identificação da deficiência não é feita prontamente, o que acarreta desconhecimento, por parte da sociedade, sobre os dias e as rotinas dessas pessoas.

A comunicação verbal apresenta-se de várias maneiras e permeia todas as nossas atividades cotidianas. Trata-se de um desafio, pois, a partir dela, potencializamos as relações humanas e as interações sociais, não de forma abstrata, mas como uma comunicação revestida de intenções; assim, a fala está relacionada às relações de poder.

2.3 A COMUNIDADE SURDA E O CONCEITO DE SUBALTERNIDADE

A vivência com uma pessoa surda no âmbito familiar, como já mencionado, sempre foi norteada por questionamentos; a reflexão de Foucault contribuiu com este processo na busca por compreensão: “[...] existem momentos na vida onde a questão de saber se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê é indispensável para continuar a olhar ou a refletir” (1999, p. 13). Parte, dentre outros, desse pensamento, o questionamento acerca das condições de subalternidade dos grupos de surdos.

Ao pensar na comunidade surda, surgem algumas indagações: Cadê a população surda? Por que eles não estão em todos os locais comuns? Por que são invisíveis? Ou são invisibilizados pela sociedade? O que dizem os surdos sobre sua participação nas decisões políticas? Quem os representa? Quais são as demandas pelas quais o movimento surdo luta? Como o sujeito têm se constituído no processo histórico? Estes e outros questionamentos abarcam a proposta de estudar a pessoa surda.

Os surdos compõem um grupo minoritário e, quase sempre, são vistos pela sociedade como “dignos de pena”, isto é, incapazes diante dos sujeitos oralizados. Essa visão acaba virando sinônimo de neutralização do diferente.

O dia a dia de um surdo é muito complicado, dadas as dificuldades para compreender outras pessoas (e para ser compreendido) e ler informações, pois a sociedade não se preparou e não está se preparando para lidar com a pessoa surda.

Com a globalização, a inclusão é um tema frequente, mas a prática ainda é precária. É possível descrever vários exemplos disso, como nas placas e letreiros de informações de turismo, em que raramente encontramos orientações disponíveis para todos os tipos de

deficiência. Geralmente, as orientações possuem, além da escrita na língua portuguesa, as informações em inglês, desconsiderando as orientações para os surdos que não compreendem as línguas ali utilizadas, assim como os cegos, diante da ausência de suas orientações em braille. Ainda podemos mencionar o maior meio de comunicação, a televisão: os surdos apenas visualizam as imagens, pois a televisão apenas utiliza intérprete para discursos oficiais e propagandas eleitorais. São esses detalhes que fazem com que percebamos que a inclusão propriamente está longe de ser alcançada.

Outro ponto que podemos explorar nesse processo são as dificuldades de ingressar no mercado de trabalho; as empresas e indústrias possuem resistência em contratar, pois acreditam que os indivíduos com deficiência darão mais gastos que benefícios. Nessa conjuntura, suprem as cotas geralmente com outras deficiências que não afetam diretamente a economia.

Na análise de produções científicas relacionadas ao tema da surdez, foram encontrados estudos que se dedicaram à investigação das temáticas que envolvem educação e inclusão. No âmbito educacional, a maioria das pesquisas estão pautadas na inclusão dos surdos no ensino regular, na educação bilíngue que, no dia a dia, é simplesmente o domínio de duas línguas no ambiente escolar, não funcionando como espaço de produção e desenvolvimento linguístico, ambiente que deveria proporcionar isonomia.

Daniel Marra e Elias Milani (2014) explicam que:

William Labov compreende a língua como um fato social que é exterior ao indivíduo e sobre o qual exerce coerção. A fonte básica da noção de fato social é a de Émile Durkheim (2007[1895]), que, ao definir o objeto de estudo da Sociologia, o concebeu como uma realidade exterior ao indivíduo, dotada de forças coercitivas que se impõem a sua vontade. (Marra, Milani, 2014 p. 51-71)

Portanto, para a teoria de Labov, a língua possui papel de destaque, pois ela não se presta apenas à comunicação das pessoas, ela pertence à comunidade; mediante o exposto, a autora da pesquisa em comento entende que a ausência da acessibilidade linguística faz com que as pessoas surdas não compreendam nem sejam compreendidas, o que contribui para o afastamento da vivência em grupo e para a exclusão da interação social do sujeito surdo, alimentando o processo de subalternização. Diante disso, podemos destacar que a maior dificuldade dos surdos é a comunicação, o que gera consequências negativas no desenvolvimento humano, nas relações sociais e intelectuais.

Nota-se que os aspectos linguísticos são uma barreira que caracteriza os surdos enquanto um grupo social diferenciado; logo, a forma como a surdez é percebida pela sociedade ouvinte difere-se do modo como uma pessoa surda analisa a sua própria condição.

É importante dar destaque que, embora o aspecto linguístico seja fundamental, para a compreensão do desenvolvimento do homem enquanto ser social, é necessário garantir que o surdo tenha condições de se apropriar de uma língua (Vigotski, 1999).

Sublinhe-se que o processo de interação social está ligado à linguagem de comunicação entre os participantes; segundo alguns estudiosos, esse processo inicia-se desde a primeira infância de forma natural, sendo a comunicação um dos elementos fundamentais para a vida em sociedade, como a forma de interação de uns com os outros.

Igualmente, Skliar (1995) dispõe sobre a interpretação do bilinguismo.

[...] A língua de sinais é, para ambos os casos, um meio eficaz para resolver a questão da oralidade dos surdos, mas não, por exemplo, um caminho para a construção de uma política das identidades surdas. Também sabemos que determinadas representações sobre a educação bilíngue - e não somente no que se refere ao caso dos surdos - podem se constituir numa ferramenta conservadora e politicamente eficaz para reproduzir uma ideologia e uma prática orientada para o monolingüismo: utilizar a primeira língua do aluno para 'acabar' rapidamente com ela, com o objetivo de 'alcançar' a língua oficial (Skliar, 1995, p. 10).

Skliar dispõe sobre as interpretações equivocadas sobre o bilinguismo e a Língua Brasileira de Sinais. A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 foi introduzida no processo educativo dos surdos com a finalidade de auxiliar na constituição do conhecimento da pessoa surda, sendo uma alternativa pedagógica, reconhecendo a língua de sinais como essencial para a constituição dos processos identitários desses sujeitos.

Outro aspecto relevante a ser considerado na formação das identidades das crianças surdas é a inclusão com seus pares; a partir da convivência cotidiana entre esses sujeitos, a identificação com os seus pares será um facilitador, fornecendo à criança surda a possibilidade de desenvolver uma comunicação real.

Skliar (1998) explica essa necessidade da convivência do sujeito surdo com seus pares.

Assim, o tempo de interação e de identificação entre os surdos de diferentes idades é escasso, evitando-se contágios 'gestuais' entre os alunos. Os adultos surdos presentes na instituição são isolados ou levados a cumprir tarefas longe das crianças, além do que as estas passam o tempo livre com a família ouvinte (Skliar, 1998, p. 7-31).

Para evitar o fracasso educacional, deve ser discutido o lugar que o sujeito surdo ocupa no processo educacional, evitando problemas de desigualdade a grupos que pertencem a uma mesma sociedade. Estar junto aos seus pares faz com que a cultura e a identidade da pessoa

surda sejam pertencentes a uma só sociedade, por isso, a inclusão escolar implica no movimento de inclusão social.

De acordo com Mendes (2006, p. 395):

[...] na construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos, construindo uma sociedade democrática na qual todos conquistariam sua cidadania, na qual a diversidade seria respeitada e haveria aceitação e reconhecimento político das diferenças.

As contradições sociais de hegemonia na sociedade contemporânea são diversas e acabam desencadeando problemas como a desigualdade entre os diferentes grupos; e os surdos representam uma parcela dessas diferenças. É necessário buscar a compreensão histórica, os fatos e acontecimentos dos grupos subalternos para entender as resistências que podem se manifestar de várias formas, na luta por seus interesses e direitos. Mesmo os pontos de tensões mais debatidos no meio das pesquisas sobre o sujeito surdo como educação e inclusão, buscam preparar o sujeito surdo apenas para atender às exigências do capitalismo.

Dentre os tópicos de conflito apresentados, conseguimos visualizar vários outros pontos de suma importância que deixam de ser apresentados e esclarecidos, mas que poderiam auxiliar no processo de entendimento desse grupo fragmentado, que não se conhece, que não participa dos mesmos locais.

Não é uma afirmação que o sujeito surdo não pode ou deve participar de ambientes que apresentem somente ouvintes; trata-se de demonstrar que eles padecem dos mesmos problemas que outros grupos “dominados, subalternizados, colonizados e minoritários”. A ideia é problematizar as questões que emergem nesse contexto, fomentando a investigação sobre “o que”, “para que” e “por que”.

CAPÍTULO 3:

PERCURSOS HISTÓRICOS E A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS SURDOS

3.1 PERCURSOS HISTÓRICOS E O RESPEITO AO DIREITO DE SER DIFERENTE

Quando discutimos deficiências, geralmente nos concentramos nas características que as distinguem, como diferenças biológicas. No entanto, é importante ir além dessas alterações e considerar as necessidades sociais dos deficientes auditivos, como a comunicação por meio de sinais, como parte essencial da busca pela igualdade e inclusão social.

A deficiência em nossa sociedade é uma condição socialmente imposta; ocorre a partir de conceitos pré-estabelecidos que marginalizam os tidos como diferentes, impondo uma condição subalterna em relação às demais pessoas, tidas como normais.

Exclusão é um ato corriqueiro e marcante na sociedade, embora esta seja caracterizada pela diversidade ou multiplicidade das diferenças humanas, o que deveria resultar na incorporação dos indivíduos que não se encaixam nos chamados padrões considerados normais, físicos ou mentais.

As diferenças sempre receberam tratamentos diferenciados, seja de exclusão ou de adoração. As pessoas com deficiências são vistas como doentes, incapazes, inválidas, castigadas por Deus, mas também como coitadas, que precisam ser tratadas, internadas e muitos outros apontamentos, isso a depender do contexto.

Rodrigues (2006, p. 10) explica:

A exclusão é devida: Provavelmente a fatores culturais, que nos conduzem a pensar que a diferença é perigosa. Demanda-se cuidado com as pessoas diferentes, seja na identidade sexual, socioeconômica, de deficiência, de etnia etc. as 'ideias feitas' da sociedade associam ao 'diferente' uma situação de ameaça, e desenvolvem estratégias de identificação, circunscrição, banimento ou subalternização de numerosos grupos sociais.

As pessoas com deficiência ao longo da história sofreram com desinformação e preconceito, acarretando alterações tanto nas relações sociais como jurídicas; para falar das pessoas com deficiência, é necessário conhecer e compreender as formas como a sociedade enxerga esses sujeitos e suas trajetórias de luta em cada época.

Podemos sistematizar a proteção das pessoas com deficiência em quatro fases, a saber: a) fase da intolerância: as pessoas com deficiência eram retiradas dos seus lares, por serem consideradas impuras e marcadas pelo pecado; b) fase da invisibilidade: havia um total desprezo

pela condição de pessoa com deficiência; c) fase do assistencialismo: marcada pelas perspectivas médicas e biológicas, eram considerados indivíduos inválidos e dependentes de cuidados, pessoas a serem curadas por profissionais; d) fase humanística: conforme os dizeres de Piovesan (2021, 289-290): “Há ênfase na relação da pessoa deficiente com a sociedade e com o meio no qual ela está inserida. Há uma mudança metodológica, na qual o problema passa a ser do meio e das demais pessoas e não da pessoa deficiente”.

A tutela às pessoas com deficiência está inserida em nossa Constituição Federal Brasileira, de 1988, que dispõe sobre os direitos e garantias fundamentais: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (Brasil, 1988, art. 5º, *caput*). Vale destacar que o texto constitucional de 1988 manteve em seu bojo os direitos previstos nas Constituições anteriores, acrescentando tratamento mais amplo às pessoas com deficiência.

Título II- Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

[...]

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (Brasil, 1988).

A Constituição de 1988 também expressa o desejo de uma sociedade livre, justa e igualitária, que promova o bem-estar de todos “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988, art. 3º, inc. I e IV), mas a realidade é outra, e a exclusão social é fato inerente do capitalismo.

O artigo 5º da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 dispõe que “todos são iguais perante a lei”; isso se dá porque pertencemos à espécie humana, mas, na prática, as desigualdades tanto naturais como sociais são existentes: o estigma cultural, a significância religiosa, o nascimento em determinada região do mundo, a família, entre outras formas e status diferentes de pertencer a um grupo, e não a outro.

Assim, o Estado visa proporcionar que os direitos alcancem a todos, com tratamento imparcial, acolhimento aos grupos mais vulneráveis, a fim de alcançar a inclusão social como uma medida de controle social, buscando integrar a administração pública e a sociedade para solucionar as questões de desigualdades.

Destaca-se que a Constituição Brasileira de 1988 tem dispositivos voltados para acessibilidade. É uma estratégia reconhecida como politicamente correta, cujo objetivo é

corrigir distorções históricas, que, sem as políticas afirmativas, continuarão ainda por diversas gerações, vinculando a mesma ocorrência de desigualdade e injustiça para os surdos (Silva, 2006).

Ainda, alinhada com a CF/88, está a Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH – ONU (Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948), garantindo amplamente que não devem existir exceções, e os direitos devem se estender a todas as pessoas, conforme artigos 1º e 2º:

Artigo 1 - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2 - 1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania (DUDH, ONU, 1948).

Ações da Organização das Nações Unidas (ONU) representam um avanço no que diz respeito aos marcos legais identificados até aqui, e a Declaração Universal de Direitos Humanos foi a primeira declaração promulgada pela ONU, em 1948. O documento dispõe acerca das garantias dos direitos à liberdade, à vida digna, à educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social e à livre participação na vida da comunidade para todas as pessoas, a despeito da raça, sexo, origem nacional, social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição (UNESCO, 1948). Trouxe encorajamento para movimentos sociais de pessoas e para a busca da efetivação dos direitos, mas, mesmo assim, persiste a desigualdade.

A Emenda Constitucional (EC) nº 45 de 2004 faz referência ao posicionamento hierárquico das normas de direito internacional, dos tratados de direitos humanos, dentro do direito brasileiro. Essa alteração constitucional simboliza avanços no que se refere à proteção do indivíduo contra violações de direitos humanos, no âmbito normativo-constitucional brasileiro, concedendo *status* de norma constitucional aos tratados de direitos humanos.

Conforme confere a transcrição da previsão normativo-constitucional na Carta Magna:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte (Brasil, 1988, art. 5º, § 2º).

Devido às várias controvérsias derivadas da interpretação do § 2º, art. 5º, da Constituição, foi necessária a introdução do § 3º pela EC nº 45, de 2004, buscando sanar as controvérsias doutrinárias e jurisprudenciais.

Art.

5º.....

.....

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide ADIN 3392) (Vide Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º da Constituição) (Brasil, 1988, art. 5º, § 3º).

Bobbio (1992, p. 5) ressalta que “os direitos humanos são direitos históricos que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem”. Em decorrência, é possível compreender o sistema internacional em sua atuação e influência na esfera do direito privado interno.

3.2 PRINCIPAIS ASPECTOS NORMATIVOS QUE AMPARAM AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Antes de prosseguir, com a finalidade de facilitar compreensão, segue o quadro 2, que destaca as principais leis abordadas nesse subitem.

Quadro 2: informativo com as leis abordadas neste subitem.

Constituição Federal Brasileira, de 1988	Título II- Direitos e Garantias Fundamentais CAPÍTULO I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos Artigos. 3º e 5º
Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH – ONU 1948	artigos 1º e 2º, dispõe dos direitos e garantias fundamentais.
Emenda Constitucional (EC) nº 45 de 2004	referência ao posicionamento hierárquico das normas de direito internacional
Lei nº 8.160, de 08 de janeiro de 1991	Esboça sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas com deficiência auditiva
Lei nº 8.213, de 24 de julho 1991	Lei de Benefícios da Previdência Social e Cotas para Pessoas com Deficiência
Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994	Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

Lei nº 12.711 de agosto 2012, de 29 de junho de 1994	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) ou Lei Darcy Ribeiro
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
Decreto nº 5.626/2005	Regulamenta o ensino de Libras
Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000	Art. 18, que dispõe que “O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação

Após uma visão panorâmica das leis, passamos a conhecer e entender esses regulamentos e suas aplicabilidades.

As principais leis sobre os direitos das pessoas com deficiência auditiva são:

Lei nº 8.160, de 08 de janeiro de 1991, que esboça sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas com deficiência auditiva:

Art. 1º É obrigatória a colocação, de forma visível, do ‘Símbolo Internacional de Surdez’ em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência auditiva, e em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso (Brasil, 1991a, art. 1º).

Dando sequência, encontra-se a Lei nº 8.213, de 24 de julho 1991, a Lei de Benefícios da Previdência Social e Cotas para Pessoas com Deficiência:

Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente (Brasil, 1991b, art. 1º).

A referida lei trata a respeito da obrigatoriedade de as empresas formarem uma porcentagem do seu quadro por funcionários com deficiência.

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....2%;

II - de 201 a 500.....3%;

III - de 501 a 1.000.....4%;

IV - de 1.001 em diante.....5% (Brasil, 1991b, art. 93).

Nota-se que, mesmo com a obrigatoriedade acima mencionada, e conhecida por décadas, a lei de cotas para pessoas com deficiência ainda sofre resistência em sua aplicabilidade, diante da necessidade de implantação de tecnologias, de contratações de intérpretes e de outros meios de acordo com cada tipo de deficiência, o que requer um investimento que, para alguns gestores e recrutadores, é inviável e caro; tudo isso aliado à cultura capacitista. Muitos preferem pagar a multa de descumprimento da lei de cotas do que realmente realizar a proposta de fortalecimento de inclusão e diversidade.

A Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, por sua vez concede passe livre às pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual: “Art. 1º É concedido passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual” (Brasil, 1994a, art. 1º).

Em sequência, a Lei nº 12.711 de agosto 2012, de 29 de junho de 1994, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências (Brasil, 1994b).

Acrescenta-se a esse rol a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) ou Lei Darcy Ribeiro).

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (Brasil, 1996, art. 1º).

Ainda, foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI):

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno (Brasil, 2015, art. 1º).

Citam-se, ainda, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e o Decreto nº 5.626/2005. A lei reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas, visando garantir a preservação das pessoas surdas e reconhecendo a cultura surda, trazendo em seu bojo a seguinte definição:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Brasil, 2002).

Em relação à Libras, Guedes (2009, p. 34) comenta sobre o fortalecimento da comunidade surda como importante conquista no ensino.

[...] a oficialização da Língua Brasileira de Sinais, o fortalecimento da comunidade surda, a oferta de cursos de formação de professores, de instrutores e de intérpretes, o aumento da produção de pesquisas na área da educação de surdos, a implantação da Libras na educação de surdos e a revisão do currículo das escolas.

No que diz respeito às dificuldades acerca da linguagem:

Devido às dificuldades acarretadas pelas questões de linguagem, observa-se que as crianças surdas encontram-se defasadas no que diz respeito à escolarização, sem o adequado desenvolvimento e com um conhecimento aquém do esperado para sua idade. Disso advém a necessidade de elaboração de propostas educacionais que atendam às necessidades dos sujeitos surdos, favorecendo o desenvolvimento efetivo de suas capacidades (Lacerda, 2006, p. 165).

Cabe observar que novamente estamos diante do fato de que a interação social está atrelada ao desenvolvido do sujeito surdo; para isso, é necessário que ele esteja presente em sociedade. A Língua de Sinais poderá desenvolver uma comunicação eficiente e completa, o que possibilitará um melhor desenvolvimento cognitivo e social, nesse contexto, poderá haver acesso às duas línguas (Língua de Sinais e Língua Portuguesa).

Skliar explica que:

A língua de sinais constitui o elemento identificatório dos surdos, e o fato de constituir-se em comunidade significa que compartilham e conhecem os usos e normas de uso da mesma língua, já que interagem cotidianamente em um processo comunicativo eficaz e eficiente. Isto é, desenvolveram as competências linguísticas e comunicativa e cognitiva por meio do uso da língua de sinais própria de cada comunidade de surdos (Skliar, 1997, p. 141).

Existem várias escolas que não estão aptas a receber alunos surdos; alguns acham que basta a presença do intérprete da língua de sinais ao lado do professor, esquecendo-se de que muitos nunca tiveram contato com a Libras, seja porque não foi oportunizado, ou por resistência familiar – apenas fazem sinalização. Por outro lado, temos os que possuem conhecimento, mas não contam com profissionais preparados para ensinar-lhes o português escrito, caracterizando as barreiras linguísticas.

Ainda sobre o desenvolvimento linguístico da pessoa surda, ressalta-se que desde a infância os elementos não chegam para um bebê surdo do modo que chegam para o ouvinte, se os pais não forem usuários de Libras. Nessa conjuntura, seu mundo se forma de maneira diferente de uma criança ouvinte, provavelmente com um repertório mais limitado (Strobel, 2016).

Desse modo, todo ser humano carece de ser compreendido e ouvido por outra pessoa ou por um conjunto delas. A surdez, quando não feita a inclusão devida, pode oferecer repercussões irreversíveis, não somente na redução da comunicação e compreensão, como também induzir ao isolamento social aumentando a dependência, limitando as atividades sociais e ocasionando a exclusão social (Batista, 2013).

A primeira língua para os surdos no período de escolarização deve ser a Libras, que possibilita a comunicação com seus pares linguísticos. Em seguida, aprendem o português como segunda língua como forma de adequação e realização de contato com as demais pessoas, os ouvintes. Contudo, é normal que os surdos possuam problemas em conceber a comunicação entre as pessoas, sejam surdos ou ouvintes, visto que empecilhos no diálogo são bem comuns. Esses obstáculos podem gerar implicações no avanço social, emocional e cognitivo, por conseguinte, a saúde mental dos surdos poderá ser afetada (Chaveiro *et al.*, 2014).

Além de influenciar na saúde mental, a deficiência auditiva pode afetar a inclusão da pessoa no mercado de trabalho, bem como a autonomia em conseguir utilizar bens sociais e culturais, como ir ao restaurante ou até obter atendimento médico. Ter domínio da língua de sinais e do português não é garantia de que o surdo terá seu espaço garantido na sociedade brasileira (Santos; Silva, 2019).

De acordo com Santos *et al.* (2013), a deficiência auditiva não é a razão do isolamento do surdo, e sim a maneira como a linguagem acontece, conforme passa a não existir espaço comunicacional no contexto social e profissional. A comunicação entre surdos e ouvintes vai além do conhecimento de Libras e português; o ouvinte também deve compreender como se comunicar.

Vale destacar que existem outros documentos em âmbito internacional considerados fundamentais no papel de promover reflexões, alterações nas legislações em todo o mundo.

Acrescente-se que o Brasil possui muitas legislações na tentativa de salvaguardar a defesa dos direitos humanos das pessoas com deficiência. Em síntese, as legislações são de extrema importância na busca por assegurar direitos e garantias.

3.3 VISÃO SOCIOANTROPOLÓGICA DA SURDEZ

A surdez vai além de uma deficiência sensorial; envolve maior complexidade, por causa das implicações sociais da sua condição, que podem levar o sujeito a uma dificuldade de comunicação, resultando em isolamento e discriminação.

A surdez, muitas vezes, resulta em necessidades educacionais significativas e únicas para cada criança. As principais barreiras à aprendizagem associadas à surdez dizem respeito à linguagem e à comunicação, afetando profundamente diversos aspectos do processo educacional, como a aquisição de habilidades básicas da língua inglesa.

Os surdos podem desenvolver uma identidade bicultural e se sentir confortáveis e competentes tanto no mundo surdo quanto no mundo ouvinte. Ou, em outro ângulo, podem desenvolver uma identidade marginal, ou seja, quando não se sentem particularmente fortes em relação a uma determinada cultura ou se sentem desconfortáveis e não bem aceitos no mundo dos surdos ou dos ouvintes.

Como mencionado, o processamento auditivo é um termo usado para descrever o que acontece quando nosso cérebro reconhece e interpreta os sons ao nosso redor. Pode ser compreendido como a eficiência e eficácia com que o sistema nervoso central utiliza a informação auditiva.

A pessoa surda é definida no Decreto nº 5.626, de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000:

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Brasil, 2005, art. 2º).

A perda auditiva mencionada no Decreto é caracterizada por uma perda sensorial que acarreta prejuízos nas percepções do som do ambiente, quando ocorrida na primeira infância, a

perda auditiva pode comprometer o desenvolvimento social e cognitivo, bem como o desenvolvimento linguístico da criança, uma vez que as crianças adquirem uma língua de forma natural, sem serem ensinadas.

A pessoa surda pode nascer ou vir a ficar surda, seja por causas naturais bem como por doenças que afetam diretamente o ouvido médio, como otite, meningite, entre outras. Alguns surdos, com acompanhamento de fonoaudiólogo, conseguem falar, sendo considerados “Surdos Oralizados”; também se utiliza essa terminologia nos casos de perda auditiva em pessoas que inicialmente tinham audição.

A audição é uma sensação muito importante para o ser humano. Ajuda a entender o ambiente ao nosso redor e pode alertar sobre qualquer perigo que se aproxima. Trata-se de meio essencial de comunicação. A perda auditiva é o comprometimento da capacidade de ouvir o som. Os sons mais baixos que as pessoas podem ouvir estão entre 25 e 40 decibéis (dB) (OMS, 2021).

Conforme Brito (2009), qualquer pessoa que sofre de perda auditiva leve tem dificuldade em manter conversas normais. As pessoas que sofrem de perda auditiva profunda são surdas e não podem ouvir nada. O autor alerta que a perda auditiva pode afetar o aprendizado e o desenvolvimento das crianças, incluindo fala e linguagem. Em adultos, a perda auditiva pode impactar muito a qualidade de vida geral, prejudicando a interação social e o bem-estar geral.

Podendo ocorrer em diferentes tipos e graus de gravidade, a perda auditiva é capaz de causar muitas dificuldades em vários aspectos da vida. Na audição normal, as vibrações sonoras passam do ouvido externo através do ouvido médio para o ouvido interno.

A deficiência auditiva é uma das deficiências mais comuns na população humana e apresenta um grande risco na vida cotidiana devido a problemas de reconhecimento de fala, comunicação e aquisição da linguagem. Devido à deficiência auditiva, a representação interna dos estímulos acústicos é degradada. Isso causa dificuldades comumente vivenciadas por ouvintes com deficiência auditiva, pois o reconhecimento da fala exige que o sinal acústico seja decodificado corretamente (Brito, 2009).

Além disso, na vida diária, a fala é frequentemente ouvida entre uma variedade de sons e fundos ruidosos que podem tornar a comunicação ainda mais desafiadora. Brito (2009) sugere que ouvintes com deficiência auditiva sofrem mais com essas condições adversas em termos de desempenho de percepção da fala em comparação com ouvintes com audição normal.

Na tradição clínico-terapêutica, a surdez é vista como uma "deficiência" em relação à

comunidade "ouvinte", colocando os sujeitos surdos em desvantagem, se comparados à maioria da população (Skliar, 1998).

Conforme Behares (2000, p. 1 *apud* Sá, 2002, p. 48), "o conceito de surdez, como qualquer outro conceito, sofre mudanças e se modifica no transcurso da história". Assim, a expressão "deficiente auditivo" tem sido utilizada preferencialmente no contexto clínico-terapêutico, enquanto o termo "surdo" está mais afeto ao marco sociocultural da surdez.

As pessoas com surdez são denominadas expressamente como deficientes auditivos, o que remete ao preconceito histórico e social de sua incapacidade. Entretanto, devido a uma longa luta política, o termo "surdo" é considerado o preferencial para se referir esse sujeito, visto que além do significado de incapacidade atribuído ao termo deficiência, o seu significado original, déficit ou ausência, alinha-se à concepção organicista e, por conseguinte, à negação da surdez (Correa, 2020). Percebe-se que há inicialmente um preconceito enraizado ao grupo quanto ao seu termo referente, a partir daí vai ficando mais evidente como os surdos são discriminados pela sociedade.

O próprio termo "deficiente auditivo" como também "surdo-mudo" são estereótipos repletos de preconceito, ou seja, o oposto do esperado; os indivíduos que não possuem capacidade de audição preferem ser reconhecidos como surdos a ser denominados como deficientes auditivos. Isso decorre de a palavra deficiente ter se tornado pejorativa. Ademais ser chamado de surdo-mudo é motivo de constrangimento, pois os surdos não são basicamente mudos.

Até o presente momento foram várias as terminologias usadas para denominar as pessoas surdas, evidenciando a relevância de, para além de usar o termo técnico como uma questão de semântica, dar importância e proporcionar inclusão, trazendo uma perspectiva construtiva sobre esses seres humanos, eivados de preconceitos e estigmas.

3.4 ANÁLISE SOBRE A DEFICIÊNCIA NA PERSPECTIVA DE VIGOTSKI

A defectologia, como área de estudo proposta por Lev Semionovitch Vigotski, tem como objetivo entender e abordar as dificuldades e deficiências de maneira ampla, considerando não apenas as limitações físicas ou cognitivas, mas também o contexto social, cultural e histórico em que essas dificuldades se manifestam. No caso específico dos surdos,

Vigotski oferece insights importantes sobre como a surdez pode afetar o desenvolvimento humano e como a sociedade pode ajudar a superar essas limitações.

Em sua obra "Pensamento e Linguagem", Vigotski (1998) discute a relação entre linguagem e pensamento, e como essa relação pode ser afetada em casos de surdez. Ele argumenta que a linguagem desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, pois é por meio dela que os conceitos e significados são internalizados e compreendidos, defende a importância de proporcionar aos surdos acesso a uma linguagem, seja por meio da língua de sinais ou de outras formas de comunicação, para garantir o pleno desenvolvimento de suas capacidades cognitivas. Nesta senda, enfatiza a importância do contexto social e cultural no qual a criança surda está inserida: é crucial criar um ambiente inclusivo e acessível, que valorize a língua de sinais e ofereça oportunidades para a participação plena na vida social, educacional e cultural.

Vigotski (1998) destaca a relevância do papel do educador na promoção do desenvolvimento das crianças surdas, sendo este um mediador entre a criança e o conhecimento, adaptando as estratégias de ensino às necessidades individuais de cada aluno. Isso inclui o reconhecimento e a valorização da língua de sinais como uma forma legítima de comunicação e a busca por métodos de ensino que permitam que os surdos participem ativamente do processo de aprendizagem.

3.5 ASPECTOS GERAIS DOS MOVIMENTOS SURDOS

Os movimentos sociais são formas de organização de grupos de pessoas que buscam mudar as estruturas sociais existentes por meio da pressão política, da mobilização e da ação coletiva. Seu objetivo é promover mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas.

O fenômeno do silenciamento dos movimentos surdos, uma realidade complexa e multifacetada, é um reflexo direto do poder hegemônico que permeia as estruturas sociais contemporâneas. Como observado por Foucault (1978), o poder hegemônico não é apenas uma questão de autoridade política, mas uma força que se insinua em todas as interações sociais, influenciando atitudes, crenças e valores.

Nesse contexto, as comunidades surdas encontram-se frequentemente marginalizadas, com suas vozes sufocadas por narrativas dominantes. A análise das dinâmicas do poder hegemônico revela a complexidade desse processo, permitindo-nos compreender as raízes profundas do silenciamento enfrentado pelos surdos.

As comunidades surdas frequentemente se deparam com barreiras sociais, linguísticas

e culturais que as tornam vulneráveis ao silenciamento.

3.6 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A COMUNIDADE SURDA

Neste subitem serão explanadas as políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência, demonstrando o valor social que elas podem atingir.

De acordo com o último censo demográfico de 2010 (fonte IBGE), cerca de 46 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência, o equivalente a 24% da população brasileira; 3,4% dessa população declarou-se como surda. Faz necessário que o Estado e a sociedade pensem em ações de inclusão, independentemente do tipo de deficiência, em todos os lugares comuns. As barreiras são ocasionadas geralmente pelo efeito de tal deficiência ou algum aspecto sobre a vida cotidiana de uma pessoa. Desse modo, são negadas oportunidades imprescindíveis aos principais aspectos da vida, como trabalho, educação, habitação e lazer (Silva, 2006).

Existem demandas expressivas por políticas públicas que visam a soluções para os problemas de ordem social, econômica, política etc., porém essas políticas públicas impactam e regulam diversos aspectos ligados à relação da vida em sociedade, e estão associadas às questões governamentais que mediam a relação entre Estado e sociedade. Essas políticas públicas podem partir de iniciativa de uma política do Estado ou de uma política de governo, com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados.

A história dos surdos, embora não seja de difícil análise e compreensão, vem sendo estudada por muito tempo, contempla períodos turbulentos, crises e avanços, muitos dos quais resultantes de algumas iniciativas governamentais. Políticas públicas, nesse contexto, são ações e programas desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos previstos na Constituição Federal e em outras leis, na tentativa de garantir a qualidade de vida e o bem-estar da sociedade.

Dados os vários desafios pelos quais a população de surdos passa, foram realizados muitos movimentos em busca da criação de políticas públicas que possibilitassem sua inserção de forma mais participativa na sociedade. As direções subsidiadas pelas políticas públicas e as propostas dos movimentos sociais para possibilitar a participação dos surdos na sociedade apelam para argumentos de “desagravo” ou de reflexão sobre os embalos que preceituam a esses indivíduos um lugar inferiorizado, caracterizado pela dependência e discriminação. As políticas afirmativas recorrem a medidas para contrapesar perdas por causa de abuso ou de prejuízos acumulados no passado, entre os exemplos temos as propostas de cotas para

profissões e vagas em cursos da Universidade, ou a concessão de benefício em forma de salário para surdos (Silva, 2006).

Nos últimos anos as políticas sociais brasileiras desenvolveram um processo de inclusão dos surdos na comunidade ouvinte, especialmente quanto ao direito à Educação, reverenciado na Constituição Federal de 1988, com a esperança de que eles ocupassem as vagas no mercado de trabalho e adquirissem a emancipação social e financeira, transformando-se nos protagonistas da sua própria vida, cumprindo a cidadania plena. Nesse âmbito, as políticas públicas brasileiras procuraram reivindicar a inclusão dos surdos, especialmente através da Educação Especial (Leme Filho; Garcia, 2018).

Outro marco que deve ser mencionado foi a Nova Política Nacional de Educação Nacional difundida em 2020, por meio do Decreto nº 10.502, que garante uma política de educação com aprendizado ao longo da vida. O decreto visa ampliar a inclusão, dispõe da tentativa de democratização da escola, tornando-a para todos, sem distinção de classe, gênero, características pessoais, físicas, intelectuais, entre outras, sendo ideal para nossa educação e sociedade. Muitos pesquisadores desconfiam de que o decreto mencionado pode abrir lacunas e que a sua finalidade de inclusão possa não ser eficaz, resultando na permanência da segregação, uma vez que cada aluno tem suas necessidades especiais específicas.

A Licenciatura em Letras-Libras também é uma iniciativa pública de integração, ao passo que visa à formação de professores que possam estabelecer a comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e ouvintes. O curso foi implantado por meio de ações diretas do Ministério da Educação em decorrência do Viver sem Limites, Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, instituído pelo Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011 e visa a efetivação da educação bilíngue como uma estratégia pedagógica para a garantia do direito à educação das pessoas com surdez usuárias da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Por mais que a finalidade seja a formação de professores surdos e ouvintes, o curso acaba sendo mais direcionado aos ouvintes do que ao surdo, uma vez que estes não possuem uma formação pedagógica eficaz que lhes possibilita o ingresso no curso superior; muitos, inclusive, finalizam o ensino médio e são considerados analfabetos funcionais.

O primeiro movimento importante no Estado de Mato Grosso do Sul, no que tange aos surdos, foi a criação do Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação-CEADA, no ano de 1986, na cidade de Campo Grande, capital do Estado, que foi pioneiro ao promulgar a Lei n. 1.693, que reconhece no Estado a Língua Brasileira de Sinais, ou seja, mesmo antes da Libras, era reconhecida em nível nacional como língua do surdo.

Cabe mencionar que são várias as ações que buscam a inclusão mesmo que no âmbito educacional das pessoas com deficiência, o Estado reconhece a necessidade, mas isso não se efetiva em políticas públicas de estímulos à participação.

Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul, conta com a Central de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais (CIL), um projeto do Governo Federal, ligado à Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e à Secretaria de Direitos Humanos. A finalidade da CIL é estabelecer um elo entre os surdos e os ouvintes, promovendo a comunicação por meio da Libras e visando a inclusão, preservação e garantia de alguns direitos em sociedade.

Embora tenham sido criadas e implantadas várias políticas públicas buscando a inclusão dos surdos na sociedade, nos diferentes campos sociais (como profissional, educacional e da saúde, é essencial verificar de que forma essas políticas têm beneficiado os surdos e como podem melhorar para atender a esse grupo, discutindo os resultados promissores e buscando progredir para aprimorar a comunicação dos surdos em sociedade.

A falta de políticos com deficiência no 1º escalão dos Três Poderes – seja no âmbito municipal, estadual ou federal – dificulta para que haja mais programas e uma atenção maior com as pessoas com deficiência? De fato, historicamente, as pessoas com deficiência estiveram fora dos centros de poder. Pontualmente existem pessoas com deficiência que se destacam e acabam alcançando esses postos, mas nunca foi uma diretriz da administração pública fomentar essa participação.

É fundamental destacar e elucidar a relevância das políticas públicas e das leis para garantir a inclusão das pessoas em sociedade, permitindo que desfrutem de seus direitos e deveres como cidadãos.

CAPÍTULO 4:

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - ELEMENTO CENTRAL DE RECONHECIMENTO DAS PESSOAS SURDAS COMO CIDADÃS

4.1 A OFICIALIZAÇÃO DA LIBRAS COMO MARCO NA INCLUSÃO EDUCACIONAL DAS PESSOAS SURDAS

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394, em 1996, observa-se um movimento em direção à inclusão escolar de estudantes com deficiência no âmbito legislativo nacional. Conforme elucidado por Monteiro *et al.* (2012), essa normativa estabelece diretrizes básicas para a educação de pessoas com deficiência, com ênfase em seu direito à educação no sistema regular de ensino e na importância da capacitação dos profissionais da educação para atender a essa demanda primordial.

Conforme destacado por Brito (2013), a trajetória legislativa que culminou na lei de Libras teve início em 13 de junho de 1996, quando a senadora Benedita da Silva, representante do PT-RJ, apresentou o Projeto de Lei do Senado n.º 131/1996 (PLS n.º 131/96) no plenário do Senado Federal. Este momento marcante para a comunidade surda e para os defensores da diversidade linguística no país evidencia a importância da ação política direcionada à inclusão e ao reconhecimento de línguas minoritárias.

No entanto, as discussões e mobilizações em torno da oficialização da Libras, se iniciaram em 1993, durante esse período, dirigentes da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e outros aliados do movimento surdo brasileiro apresentaram a demanda pela oficialização da Libras, representando um anseio coletivo da comunidade surda. Essa mobilização inicial demonstra o engajamento e a organização de diferentes atores sociais na luta por direitos linguísticos (Brito, 2013).

Rocha e Pasian (2023) destacam que a trajetória da legislação brasileira em relação à educação especial iniciou-se com a Política Nacional de Educação Especial em 1994. Esse movimento legislativo continuou com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996), seguida por uma série de documentos normativos, incluindo o Aviso Circular n.º 277/1996, o Decreto n.º 3.298/1999, o Decreto n.º 3.956/2001, e a Lei n.º 10.172/2001, entre outras. Esses dispositivos legais foram fundamentais para assegurar os direitos e atender às necessidades das pessoas com deficiências.

No entanto, é evidente que havia uma lacuna no reconhecimento das necessidades da

comunidade surda, sobretudo no que diz respeito à Libras, pois a falta de legislação a ela dedicada destacava a urgência de se considerarem as características dessa comunidade no âmbito educacional.

Essa omissão foi corrigida com a aprovação da Lei nº 10.436, em 24 de abril de 2002, que reconheceu Libras como meio legal de comunicação e expressão, marcando um avanço nos direitos educacionais e sociais das pessoas surdas. A continuidade dessa evolução se deu com a promulgação do Decreto nº 5.626, em 22 de dezembro de 2005, que não só regulamentou a Lei de Libras, mas também o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe que “O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação” (Brasil, 2000, art. 18). O decreto supracitado especificou vários aspectos não contemplados pela Lei nº 10.436/2002, influenciando diretamente a educação das pessoas surdas (Rocha; Pasian, 2023).

Além disso, o Decreto n. 5.626/2005, que regulamenta o ensino de Libras, estabelece requisitos para a formação de professores e fonoaudiólogos, e define como a Libras deve ser integrada aos currículos de educação especial e outras áreas, ampliando a inclusão no âmbito educacional (Monteiro *et al.*, 2012).

Observa-se, nesse sentido, um esforço contínuo para aprimorar e facilitar o acesso à educação e à comunicação na Língua Brasileira de Sinais (Libras), consolidando-a como componente indispensável da identidade cultural da comunidade surda, bem como uma ferramenta para o avanço da educação inclusiva. Desse modo, a legislação pertinente à Libras encontra-se em um panorama mais abrangente de reconhecimento dos direitos das minorias linguísticas e da promoção da diversidade cultural e linguística no país.

Para fortalecer essa direção, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi instituída pela Portaria Ministerial nº 555, de junho de 2007, e posteriormente ampliada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. A medida visa promover a integração da temática das diferenças nas instituições educativas, configurando-se como um marco relevante no processo de inclusão educacional (Monteiro *et al.*, 2012).

Os princípios da educação inclusiva, conforme essa política, implicam que as escolas devem atender às necessidades educacionais dos alunos, assegurando assim que os professores possam exercer sua profissão em condições de igualdade efetiva, avançando os direitos humanos dentro das instituições. A incorporação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas instituições educacionais apresenta-se como um meio para a inclusão efetiva e o

reconhecimento dos direitos humanos para as pessoas com deficiência auditiva.

A legislação nacional, incluindo a Lei nº 10.436/02 e o Decreto nº 5.626/05, reforça os direitos humanos e promove a igualdade de acesso e oportunidades na educação. Os direitos humanos, protegidos por tratados internacionais e legislação nacional, buscam equilibrar o poder na sociedade, prevenir a violência e preservar a ética nas relações sociais, aponta Barroso (2009). É um fato que a Constituição e as leis infraconstitucionais reforçam os direitos e garantias fundamentais, destacando a importância da dignidade humana e a defesa dos princípios básicos.

No entanto, a eficácia do sistema educativo para garantir o aprendizado de pessoas surdas é limitada, com a língua portuguesa falada impondo-se como o único método para sua educação, o que contribui para sua exclusão da cultura letrada (Louzada *et al.*, 2017). A inclusão de Libras como apoio cognitivo e o aprendizado da língua portuguesa como segunda língua para estudantes surdos são indispensáveis para sua integração educativa e social.

Por outro lado, a Constituição de 1988 estabelece a igualdade perante a lei e os direitos à dignidade e à cidadania, sublinhando a importância do acesso à educação e ao trabalho como direitos sociais fundamentais. Destacam Pinheiro e Dellatorre (2015) que a Lei 10.436/2002 oficializa Libras, ressaltando a necessidade de capacitar funcionários públicos e professores para promover a inclusão de pessoas com deficiência em concursos públicos e empregos.

No entanto, segundo Lacerda (2006), apesar dos avanços legislativos, persistem barreiras para a integração laboral e educativa de pessoas surdas, refletindo uma resistência social e institucional em adaptar práticas e estruturas para a acessibilidade e contra a discriminação.

A história de exclusão de pessoas surdas sublinha a importância de superar obstáculos para garantir seu acesso a direitos fundamentais como saúde, educação e trabalho, enfrentando desafios de inclusão social e utilização de espaços públicos.

Em outro contexto, a inclusão laboral de pessoas com deficiência auditiva é complexa e enfrenta diversos obstáculos, como a desinformação e o preconceito, o que dificulta sua contratação e aceitação nas empresas, refletindo a necessidade de reconhecer e valorizar seu potencial (Pinheiro; Dellatore, 2015).

O conceito de inclusão visa identificar e responder às desigualdades, promovendo um ambiente onde diferentes indivíduos possam conviver de forma justa. Deriva da necessidade básica de interação humana, que naturalmente leva à criação de grupos diversos. De acordo com Sasaki, inclusão é entendida como um processo de adaptação recíproca entre a sociedade

e as pessoas com deficiência, com o objetivo de integrar estas últimas em sistemas sociais amplos. Batista destaca que a busca pela inclusão social não é exclusiva das pessoas com deficiência, mas também por aqueles que se sentem excluídos da sociedade. Isso implica não apenas na sobrevivência, mas na participação ativa nos aspectos sociais, econômicos e políticos (Freitas; Maranhão; Félix, 2017).

O caminho para a inclusão é progressivo e enfrenta obstáculos, atribuíveis à natureza dos seres humanos e às barreiras culturais existentes. Historicamente, a deficiência era quase sinônimo de exclusão, com casos de famílias escondendo seus membros com deficiências. No entanto, uma mudança de visão sobre a deficiência, especialmente com o progresso educacional em países desenvolvidos durante a Revolução Industrial, tem facilitado uma maior aceitação e esforços de inclusão.

Portanto, como apontam Freitas, Maranhão e Félix (2017), a inclusão também envolve um processo de reflexão pessoal e valorização das contribuições alheias, apreciando a singularidade de cada pessoa dentro da vasta diversidade humana. Batista aponta que a integração social não garante automaticamente a inclusão efetiva, pois pode ocorrer uma tolerância superficial sem genuína aceitação. A história da surdez é repleta de estigmatização e mal-entendidos. No entanto, a inclusão social efetiva começa na escola, que é o primeiro contexto social fora do ambiente familiar, proporcionando uma base para aprender a interagir e valorizar as diferenças.

Nesse contexto, a Libras desempenha um papel fundamental, por ser uma língua visual e gestual, que permite aos surdos uma forma de expressão e comunicação que não depende do canal auditivo, que é limitado por sua condição biológica. O uso de Libras, portanto, baseia-se na capacidade de se comunicar por meio de sinais realizados com as mãos, apoiados por expressões corporais, o que facilita a interação e a constituição linguística da comunidade surda (Belém, 2010).

Como destacam de Souza Sampaio (2020), a estrutura de Libras é completa, abrangendo aspectos semânticos, sintáticos e gramaticais, diferindo das línguas faladas e escritas devido à sua natureza espacial e visual. Essa característica contribui para os processos de significação dos surdos, tornando a aprendizagem mais acessível, em comparação com os desafios encontrados na aquisição da língua oral, que demanda treinamento extenso e repetitivo.

A promoção do uso de Libras facilita a comunicação para pessoas surdas, reconhece e valoriza a diversidade cultural e linguística, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Além disso, a educação bilíngue, que considera Libras como primeira língua e

o português como segunda língua para pessoas surdas, se coloca como um modelo pedagógico importante para o desenvolvimento educacional e social desses indivíduos.

4.2 IMPACTO SOCIAL DA LINGUAGEM NA INTEGRAÇÃO DA PESSOA SURDA

A linguagem constitui-se como elemento primordial na articulação das funções cognitivas avançadas e no estabelecimento de relações sociais. Observa-se que a apropriação da língua, especialmente no contexto dos indivíduos surdos, viabiliza o processo de socialização e a construção de relações interpessoais diversas, incluindo as esferas profissional e afetiva. Nesse contexto, ressalta-se a relevância da educação bilíngue, que transcende a mera aceitação dos surdos como grupo linguístico minoritário, conferindo importância à Língua Brasileira de Sinais (Libras) como marco de identificação cultural e ferramenta nos processos educacionais e na integração social dos surdos (Louzada *et al.*, 2017).

De acordo com Dizeu e Caporali (2005), a partir dessa compreensão, surgem propostas educacionais que valorizam o bilinguismo, reconhecendo a língua de sinais como primeira língua do surdo e o português, oral ou escrito, como segunda língua. Respeita as particularidades dos surdos, promovendo um desenvolvimento linguístico e cultural mais rico. Assim, vê-se a aceitação da língua de sinais não apenas como meio de comunicação, mas como elemento constitutivo da identidade surda, para uma integração social genuína e respeitosa.

A Libras distingue-se por sua estrutura baseada em signos visuais, em contraste com as línguas que se apoiam em elementos orais-auditivos. Essa característica demanda uma análise diferenciada sobre a percepção do mundo e a configuração socioantropológica da surdez. Esforços culturais e políticos visam ao reconhecimento da especificidade linguística da comunidade surda, inserindo tal discussão no contexto mais amplo das minorias étnicas e linguísticas (Cechinel, 2005).

Como apontam Louzada *et al.* (2017), para aprofundamento na experiência social e linguística da surdez, torna-se imperativo abordar como as diferenças são percebidas e geridas na sociedade. A linguagem, concebida como prática social materializada na língua, assume papel central na comunicação humana, refletindo não apenas um conjunto de regras abstratas, mas também um processo evolutivo intrinsecamente ligado à dinâmica social e à interação entre os indivíduos.

Na sociedade, prevalece uma preferência pela língua oral, relegando outras formas de comunicação a uma posição secundária; tal perspectiva contribui para a exclusão dos surdos usuários da língua de sinais do processo educacional. A visão de que a língua de sinais seria

apenas uma alternativa de comunicação, e não uma língua de fato, ainda persiste. Portanto, como destaca Azevedo (2021), a predominância dessa visão oralista limita a participação dos surdos no processo de integração social, a despeito da intenção de promover sua inclusão na comunidade ouvinte. O desenvolvimento da linguagem dos surdos acaba sendo prejudicado, resultando em isolamento e incompreensão.

Historicamente, a educação dos surdos é marcada por debates entre gestualismo e oralidade. Países com sistemas de saúde e educação avançados enfrentam desafios semelhantes na educação e inclusão dos surdos. A distinção entre "língua" e "linguagem" é fundamental para entender a complexidade da comunicação e do desenvolvimento cognitivo. Língua de sinais, como língua natural dos surdos, desempenha um papel no desenvolvimento da linguagem e, por extensão, no processo de aprendizagem e integração social, pontuam Dizeu e Caporali (2005).

Além disso, a palavra é compreendida como fenômeno ideológico, veículo de valores culturais e expressão das dicotomias sociais. A linguagem, em suas variadas manifestações, faz a mediação dos conflitos internos das comunidades, tornando-se indispensável o fomento ao diálogo em língua de sinais. A teoria enunciativa destaca a importância das trocas cotidianas mediadas por Libras, enfatizando a materialidade discursiva na interação social (Louzada *et al.*, 2017).

No âmbito educacional, o diálogo e a linguagem constituem-se como eixos fundamentais na experiência social e linguística das diferenças. As tecnologias de informação e comunicação emergem como facilitadores desse processo, possibilitando novas formas de interação pedagógica e ampliando as perspectivas de inclusão e respeito às diferenças. A adoção de tecnologias digitais e o reconhecimento da variabilidade humana promovem um ambiente educacional mais rico e diversificado, alinhado aos princípios de igualdade e inclusão (Rocha, 2013).

A integração socioantropológica na análise da surdez é fundamental para desvelar os estigmas enfrentados pelos surdos no contexto social e educacional. A discussão em torno da surdez, educação e língua de sinais tem se expandido nos últimos anos, tanto por profissionais da educação de surdos quanto pela comunidade surda.

Nessa conjuntura, destacam-se os trabalhos de Paul Hunt que, durante a década de 1960, no Reino Unido, contribuiu para a compreensão da deficiência auditiva como um fenômeno sociológico. Ele incorporou o conceito de estigma, conforme desenvolvido por Erving Goffman, argumentando que os corpos são marcados por símbolos que definem as funções

sociais dos indivíduos, assim este enfoque destaca a deficiência como um dos atributos centrais no estudo do estigma (Siqueira, 2011).

A partir dos trabalhos de Hunt, outros pesquisadores, avançaram no debate sobre a deficiência, criticando o modelo biomédico e as barreiras para a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. Eles apontam para uma realidade onde, em vez de tratamento ou reabilitação, muitas vezes as pessoas com deficiência enfrentam formas de segregação. Esse cenário sublinha a importância de se construir uma sociedade mais inclusiva e tolerante às diferenças (Toldrá, 2010).

No entanto, na atualidade, os avanços tecnológicos, como o *Screening* Auditivo Neonatal Universal e as emissões otoacústicas, além de próteses auditivas digitais e implantes cocleares, oferecem novas possibilidades para a detecção precoce da surdez e intervenção. Contudo, a acessibilidade a essas tecnologias é limitada, especialmente considerando as disparidades socioeconômicas. De modo que a tecnologia, por si só, não assegura o desenvolvimento linguístico e cultural do sujeito surdo (Nazar, 2009).

Apesar dos implantes serem uma tecnologia importante para muitas pessoas surdas ou com perda auditiva severa, ainda existem várias questões que podem dificultar o acesso a esse tipo de dispositivo, tal qual o custo, já que esses implantes cocleares podem ser extremamente caros a depender das variações de marcas, por exemplo; nem sempre o serviço é coberto por planos de saúde ou sistemas de saúde pública, tornando difícil para muitas pessoas surdas ou com perda auditiva grave o acesso a essa tecnologia. Além disso, a eficácia dos implantes cocleares e aparelhos auditivos pode variar significativamente de pessoa para pessoa, dependendo de uma série de fatores, incluindo a causa e o grau da perda auditiva, a idade em que a perda auditiva ocorreu, a saúde geral do indivíduo e sua capacidade de adaptação.

É fundamental que os profissionais de saúde considerem as necessidades individuais, preferências e objetivos de cada pessoa ao indicar o uso de dispositivos auditivos, na busca pela "normalização" do indivíduo; é importante ter uma abordagem holística e centrada na pessoa em relação à surdez e à perda auditiva.

Inclusive, no que tange à qualidade de vida e ao bem-estar de pessoas com surdez, é fundamental desenvolver espaços sociais que promovam inclusão, satisfação pessoal e acesso a direitos. Estudos sobre felicidade e satisfação pessoal exploram tanto dimensões gerais da vida quanto aspectos específicos, como relações familiares e profissionais.

Importante notar que a avaliação do bem-estar não se limita a identificar estados psicológicos patológicos, mas visa destacar os diferentes níveis de bem-estar nos vários

aspectos da vida das pessoas. A mensuração do bem-estar e da qualidade de vida envolve o reconhecimento da percepção do próprio indivíduo sobre esses elementos, indo além de indicadores externos e abrangendo o acesso a bens e serviços essenciais (Negrelli, 2006).

A literatura surda no contexto da cultura surda desempenha um papel indispensável na construção e preservação da identidade dessa comunidade (Brito, 2009). Através da linguagem literária, os surdos têm a oportunidade de expressar suas experiências, valores e perspectivas de mundo de maneira autêntica e significativa (Freitas, 2007), desafiando a normatividade linguística e questionando a hegemonia da língua oral e escrita (OMS, 2021).

Essa abordagem valoriza a diversidade linguística e cultural, promovendo a igualdade de oportunidades para os surdos, além de possuir o papel de reivindicar o direito dos surdos de utilizar a língua de sinais como sua língua materna e veículo de expressão literária (Baker, 1998), apresentando-se como uma ferramenta poderosa na sensibilização da sociedade para as questões surdas e na promoção da inclusão (OMS, 2021).

A surdez não deve ser encarada apenas como uma deficiência sensorial, mas sim como uma característica que permeia a identidade dos indivíduos surdos, influenciando suas experiências e vivências (Harding-Esch; Riley, 2003).

A abordagem da identidade surda tem se mostrado fundamental, uma vez que proporciona uma perspectiva mais ampla sobre as necessidades e potencialidades dos surdos (Novaes, 2020). Além disso, a compreensão da identidade surda contribui para uma educação mais inclusiva e adequada às especificidades desse grupo (OMS, 2021).

4.3 A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) COMO ELEMENTO CONSTITUINTE DAS INTERAÇÕES DOS SURDOS NA IGREJA

A inclusão e a participação plena na sociedade são direitos fundamentais para todos os indivíduos, independentemente de suas habilidades ou deficiências. Para os surdos, a comunicação é um aspecto crucial dessa inclusão, e a Libras desempenha um papel inafastável nesse processo.

A Libras é um elemento constituinte essencial das interações dos surdos, permitindo-lhes participar ativamente das práticas religiosas, mas também representa sua identidade cultural e social. Para os surdos, a utilização da Libras é primordial para que possam compreender os ensinamentos religiosos, expressar suas próprias crenças e participar plenamente das atividades comunitárias.

Todos nós, seres humanos, necessitamos de ter acesso à fé e à espiritualidade, as quais desempenham um papel expressivo na vida de muitas pessoas. No entanto, sem acesso à comunicação adequada, muitos enfrentam barreiras significativas para receber orientação espiritual e religiosa, causando afastamento.

A participação ativa na comunidade religiosa não se limita apenas à compreensão das palavras faladas, mas também à expressão e ao compartilhamento de experiências pessoais. A Libras possibilita que os surdos expressem suas próprias crenças, sentimentos e experiências espirituais de maneira autêntica e significativa.

Além disso, ao utilizar a Libras na igreja, os surdos se sentem incluídos e valorizados como membros plenos da comunidade religiosa, promovendo um senso de pertencimento e aceitação, e a presença de intérpretes voluntários de Libras nas atividades da igreja pode ajudar a esclarecer dúvidas e fornecer apoio individualizado aos surdos em sua jornada espiritual.

A Língua Brasileira de Sinais desempenha um papel crucial nas interações dos surdos, ainda que seja em âmbito religioso e que tenha por finalidade o desenvolvimento de uma doutrina de fé. São esses espaços que proporcionam enxutos momentos sociointerativos para os surdos como vivência de comunidade – comum unidade, com a sociedade civil.

Ao integrar a Libras no contexto da igreja como meio de socialização, não apenas a comunidade religiosa se torna mais inclusiva e acolhedora, mas também promove valores de respeito, diversidade e igualdade entre todos os seus membros. O uso da linguagem é social, tendo como função inicial a comunicação entre os sujeitos.

Essa integração – comunicação dos indivíduos surdos – foi feita através da linguagem, que permeia as formas de socialização da mesma forma que as comunidades oralizadas/ouvintes, tendo acesso igualitário ao direito de conviver em coletividade, sem serem vistos como pessoas doentes, anormais.

Nesse contexto, Vigotski (1999) argumenta que o indivíduo se constitui a partir de sua interação social com os demais seres da espécie. Desse modo, cabe incentivar os surdos a participarem com mais frequência nos diversos ambientes da sociedade civil, que deve os acolher. O sujeito, para Vigotski (1999), é interativo, ou seja, é por meio das relações intrapessoais e interpessoais com outros sujeitos que ele adquire conhecimentos.

Seguindo esse raciocínio, “um indivíduo só existe como um ser social, como um membro de algum grupo social em cujo contexto ele segue a estrada do desenvolvimento histórico” (Vigotski, 2004, p. 12), ou seja, podemos interpretar que o meio em que ele está inserido tem a responsabilidade de propiciar um desenvolvimento humano, que consiste no

resultado de uma dinâmica histórico-social.

Sobre o assunto:

A natureza do próprio desenvolvimento transforma-se, do biológico no sócio histórico. O pensamento verbal não é uma forma natural de comportamento, inata, mas é determinado pelo processo histórico-cultural e tem propriedades e leis específicas que não podem ser encontradas nas formas naturais do pensamento e do discurso. Desde que, admitamos o caráter histórico do pensamento verbal, teremos que o considerar sujeito a todas as premissas do materialismo histórico, que são válidas para qualquer fenômeno histórico na sociedade humana. Só pode concluir-se que a este nível o desenvolvimento do comportamento será essencialmente governado pelas leis gerais do desenvolvimento histórico da sociedade humana (Vigotski, 1998, p. 47-48).

Com efeito, podemos enfatizar que a ausência da vida social no desenvolvimento do sujeito com deficiência, tanto no aspecto da socialização quanto da educação, reduzirá as potencialidades que estes sujeitos podem alcançar; por outro lado, se ele estiver submetido em ambiente acolhedor, suas potencialidades serão evidenciadas e as dificuldades serão superadas, através da inserção na sociedade, a despeito dos padrões de normalidade. Vigotski (2015b) explana que o sujeito com deficiência não é menos desenvolvido, inclusive se desenvolve de outras maneiras, afastando a ideia errônea de que deficiência é sinal de incapacidade.

A socialização do surdo está ligada à linguagem. Em outros termos, a linguagem é a via de acesso instituída socialmente, e sua ausência ou a falta de acesso a uma linguagem adequada pode resultar em uma distância significativa entre pessoas surdas e o mundo ao seu redor.

Para muitas pessoas surdas, a linguagem de sinais é a principal forma de comunicação e expressão. A Língua de Sinais não é apenas um meio de transmitir informações, mas também é uma parte vital da identidade cultural e da comunicação para muitos surdos. Portanto, o acesso à Língua de Sinais é basilar para que as pessoas surdas possam se comunicar efetivamente, interagir com os outros e participar plenamente da sociedade.

Quando as pessoas surdas não têm acesso à linguagem de sinais desde cedo, isso pode resultar em uma série de desafios, incluindo dificuldades de comunicação, isolamento social, baixa autoestima e problemas com o aprendizado. Portanto, é essencial que as pessoas surdas tenham acesso a uma educação que valorize e promova o desenvolvimento da linguagem de sinais desde tenra idade, além de garantir acesso a serviços de interpretação e apoio linguístico ao longo da vida.

Em outros termos, podemos pensar na Língua Brasileira de Sinais como um signo linguístico que se manifesta pela articulação de parte do corpo, propriamente falando as mãos, trabalhando os movimentos gestuais que sinalizam a Libras como vozes silenciosas.

A surdez enquanto diferença étnico-linguística refere-se à compreensão da surdez não apenas como uma condição médica ou deficiência, mas também como uma identidade cultural e linguística. Historicamente, a surdez foi muitas vezes vista apenas como uma deficiência a ser corrigida ou superada através de métodos como a oralização e a cirurgia. No entanto, a perspectiva cultural da surdez desafia essa visão, reconhecendo-a como uma comunidade cultural distinta, com sua própria língua (a Língua de Sinais) e valores culturais (Patrocínio, 2018; 2019).

Dentro desse contexto, a surdez é vista como uma diferença étnico-linguística porque a identidade cultural e linguística das pessoas surdas muitas vezes é baseada na sua afiliação com a comunidade surda, que compartilha uma língua visual-espacial própria. Para muitas pessoas surdas, a Língua de Sinais não é apenas uma forma de comunicação, mas também um componente central de sua identidade cultural (Patrocínio, 2018; 2019).

Além disso, a surdez também pode ser considerada uma diferença étnico-linguística porque a comunidade surda geralmente possui sua própria história, tradições, valores e normas sociais distintas. As experiências compartilhadas de discriminação e marginalização contribuíram para o desenvolvimento de uma identidade cultural forte entre pessoas surdas. (Patrocínio, 2018; 2019).

Portanto, entender a surdez como uma diferença étnico-linguística implica reconhecer e valorizar a diversidade cultural e linguística das comunidades surdas, bem como desafiar estigmas e preconceitos associados à surdez. Isso inclui promover o respeito pela Língua de Sinais e pela cultura surda, além de garantir acesso equitativo a serviços e recursos para pessoas surdas (Patrocínio, 2018; 2019).

4.4 A IGREJA COMO AGENTE DE MUDANÇA SOCIAL

A igreja, além de um espaço de convivência da sociedade civil, ao longo da história, tem desempenhado o papel crucial de agente de mudança social. Suas ações sociais têm funcionado como catalisadores para a transformação de comunidades e sociedades inteiras. O impacto dos projetos de inclusão na transformação social é significativo, e tais iniciativas não apenas desencadeiam mudanças positivas dentro das comunidades, mas também fortalecem os laços sociais e promovem a igualdade, acolhendo os indivíduos marginalizados. A inclusão social é um princípio fundamental que permeia as enseadas da ética religiosa e da vida civil.

As iniciativas de inclusão das igrejas não apenas beneficiam os destinatários diretos, mas também fortalecem os laços sociais dentro das comunidades. Ao reunir pessoas de

diferentes origens e circunstâncias, esses projetos promovem a compreensão mútua, a solidariedade e a empatia. Eles criam espaços onde as pessoas podem se sentir valorizadas, aceitas e conectadas umas às outras.

Denota-se que a igreja tem sido espaço e agente de mudança social poderosos, positivamente investindo em iniciativas sociais, demonstrando o compromisso contínuo com a justiça social e o bem-estar humano.

A teoria vigotskiana destaca a interdependência social na aprendizagem, enfatizando que o desenvolvimento individual ocorre em um contexto social e colaborativo. Na igreja, isso implica criar um ambiente acolhedor e solidário, em que todos os membros se sintam valorizados e incluídos, o que pode envolver a promoção da empatia, da compaixão e do respeito mútuo dentro da comunidade religiosa.

4.5 IDENTIDADE SURDA

A identificação e a representação do ser surdo também estão intrinsecamente ligadas à construção da cidadania e inclusão social (Brito, 2009). A promoção dos direitos dos surdos e o combate à discriminação são metas que requerem o reconhecimento da surdez como uma característica que não deve ser patologizada (Freitas, 2007).

No contexto da psicopedagogia, compreender a identidade surda é fundamental para o diagnóstico e a intervenção nos problemas de aprendizagem (Lorenzetti Neto, 2006). A adaptação das estratégias de ensino às peculiaridades dos alunos surdos é um desafio que exige um profundo conhecimento sobre a identidade e as necessidades desse público (Novaes, 2020).

A importância da identificação e representação do ser surdo não se restringe ao âmbito acadêmico, estendendo-se à esfera social. A sociedade como um todo deve reconhecer e valorizar a diversidade linguística e cultural, promovendo a inclusão e o respeito às identidades dos surdos (OMS, 2021).

O reconhecimento da identidade surda, a promoção do bilinguismo e o respeito aos direitos dos surdos são elementos essenciais para a transformação positiva das práticas educacionais e sociais (Piaget, 1987; Porto, 2021). A relevância desses temas é respaldada por uma base teórica sólida, que enfatiza a importância de considerar a surdez como uma característica intrínseca, e não como uma deficiência a ser superada.

Antonio Gramsci demonstra um profundo interesse pelos movimentos populares. Quando ele fala sobre "inconsciente as aspirações mais elementares e profundas dos grupos

sociais subalternos" (2001, p. 229), está destacando a importância de compreender os desejos e necessidades desses grupos, mesmo quando não são articulados de forma direta ou consciente, ou muitas vezes não têm percepção clara de seus interesses ou de como expressá-los.

Gramsci (2001) faz reflexões sobre a educação e a cultura como elementos que compõem a formação do sujeito, que acompanha todas as esferas sociais e ambas, na visão dele, são indissociáveis. Para ele, o sujeito deve ser visto como "sujeito-histórico" que traz consigo todas as experiências vividas; a escola, nesse contexto, tem de ser um espaço que possibilita ao sujeito trazer todos os saberes de uma vida.

A reflexão gramsciana sobre a educação do "sujeito-histórico" nos remete à ideia de educar a partir da realidade viva, indo além do processo de alfabetizar, abrangendo o acesso igualitário ao direito de viver em coletividade, e, no caso das pessoas com deficiência, sem serem vistas como pessoas anormais, evitando que sejam prejudicadas pela falta de estímulo adequado ao seu potencial cognitivo, socioafetivo, linguístico e cultural.

A escola tem o dever de produzir identidades individuais e sociais. Em vez de rotular, estigmatizar e excluir, ela pode ir mais fundo e buscar entender a história de vida desses surdos, saber sobre suas experiências, lutas e cultura, auxiliando na busca por acessos igualitários, espaço de diversidade e democracia, pois os surdos desejam viver, conviver e manter interação com a sociedade, construir uma vida como cidadãos, tendo seus direitos inerentes reservados.

Saindo um pouco do aspecto educacional e passando para outros meios de produção de comunicação que é o cinema e as novelas, com seu poder de contar histórias e conectar pessoas, assumem um papel crucial na construção e na valorização da identidade surda. Através da representatividade autêntica de personagens surdos por atores surdos, essas mídias desafiam estereótipos, combatem o preconceito e celebram a riqueza cultural da comunidade surda. A representatividade positiva de pessoas surdas em filmes e novelas contribui para o combate ao preconceito e à discriminação, promovendo a inclusão social e o respeito à diversidade.

Ao se conectarem com histórias e personagens surdos, os espectadores desenvolvem empatia, compreendem as nuances da surdez e reconhecem a importância da Libras. Em contraste com a narrativa única e homogênea da surdez que permeia a sociedade, filmes e novelas como "CODA", que apresenta personagens surdos com suas próprias perspectivas, vivências e desafios. Essa representatividade autêntica quebra barreiras, promove a compreensão da comunidade surda e convida o público a se conectar com suas realidades, combatendo estereótipos e contribuindo para uma visão mais completa e humana da surdez.

Ver histórias e cultura retratadas com autenticidade na tela é uma fonte de inspiração e empoderamento para a comunidade surda. Para demonstrar esse crescimento cinematográfico, segue o quadro³, logo abaixo dispondo de algumas obras de destaque que têm desempenhado papéis significativos na promoção de compreensão, empatia e representação dos surdos na literatura e no cinema.

Essas obras desempenham um papel importante na cultura surda, pois ajudam a aumentar a visibilidade das pessoas surdas, promovem a compreensão de suas experiências e desafios, e contribuem para a construção de uma representação mais precisa e diversificada da surdez.

Quadro 3: Obras com personagens surdos e sua importância para a cultura surda

OBRA	AUTOR	PERSONAGEM	IMPORTÂNCIA DO PERSONAGEM
"O Som do Coração"	William D. Oliver	James Leeds	James representa a luta pela educação e aceitação dos surdos.
"Filhos do Silêncio"	Randa Haines	Sarah Norman	Sarah simboliza os desafios enfrentados pelos surdos na sociedade.
"Sinais do Amor"	Troy Kotsur	Frank Rossi	Frank destaca a capacidade dos surdos de se comunicarem eficazmente.
"O Jardim das Palavras"	Makoto Shinkai	Shoko Nishimiya	Shoko promove a compreensão da comunicação com surdos e a empatia.
"O Milagre de Anne Sullivan"	Arthur Penn	Helen Keller	Helen é um ícone da superação das limitações impostas pela surdez.
"Loucos de Amor"	Scott Hicks	Freddie Gale	Freddie explora a sensibilidade e desafios emocionais dos surdos.
"O Filho Eterno"	Marcos Bernstein	Gabriel	Gabriel representa o amor incondicional e a aceitação da surdez.
"Branca de Neve e os Sete Anões"	Walt Disney	Doc (o anão surdo)	Doc mostra a inclusão de personagens surdos na cultura popular.
"O Último Samurai"	Edward Zwick	Katsumoto	Katsumoto demonstra a força e sabedoria dos surdos na história.
"A Menina que Roubava Livros"	Markus Zusak	Liesel Meminger	Liesel promove a compreensão e empatia em relação aos surdos.
"A Linguagem das Flores"	Vanessa Diffenbaugh	Victoria Jones	Victoria destaca a importância da linguagem de sinais na vida dos surdos.
"A Família Bélier"	Éric Lartigau	Paula Bélier	Paula ilustra os desafios e talentos de uma família surda.
"A Forma da Água"	Guillermo del Toro	Elisa Esposito	Elisa simboliza a capacidade de amor e comunicação entre surdos e ouvintes.
"Criança Muda"	Francisco Ratton	João	João enfatiza a resiliência e a busca por identidade dos surdos.
"As Maravilhas"	Alice Rohrwacher	Gelsomina	Gelsomina representa a cultura e os desafios das famílias surdas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

As obras selecionadas abordam uma variedade de temas relacionados à surdez, incluindo educação, comunicação, desafios emocionais e identidade cultural. Os personagens surdos retratados nessas obras servem como modelos positivos, promovendo a aceitação e a compreensão da comunidade surda. Além disso, eles contribuem para a diversidade e a inclusão

na cultura, destacando a importância de que as vozes dos surdos sejam ouvidas na sociedade. Essas obras sensibilizam e quebram estereótipos, colaborando para uma representação mais autêntica e inclusiva da surdez na cultura contemporânea.

Essas são apenas algumas das muitas obras que apresentam personagens surdos e contribuem para a cultura surda. Cada uma oferece uma perspectiva única sobre as experiências das pessoas surdas e ajuda a enriquecer a compreensão e a apreciação da diversidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Permita-se “ouvir” essas mãos, pois somente assim será possível mostrar aos surdos como eles podem “ouvir” o silêncio da palavra escrita (Ronice Quadros).

O presente estudo intitulado “Vozes silenciosas: os surdos como grupo social subalterno e a igreja como agente de inclusão” é uma análise sobre pessoas com deficiência, as quais, do ponto de vista social e político, são vistas como minorias, subalternizadas, marginalizadas.

A pesquisa permitiu refletir sobre as dificuldades e as restrições cotidianas que são impostas às pessoas com deficiência, por uma sociedade que as considera anormais, doentes e incapacitadas, uma realidade que vem cada dia mais retratando a desigualdade social, a injustiça e colocando a comunidade surda em situação de vulnerabilidade.

A metodologia utilizada e a observação *in loco* permitiram chegar ao resultado que aponta que os surdos se apresentam na sociedade civil de forma reduzida, isso quando eles se apresentam, tanto nos ambientes sociais como nos profissionais. É perceptível que o elemento desse afastamento está ligado diretamente à comunicação/linguagem: apesar de serem notados avanços referentes ao desenvolvimento linguístico, há obstáculos para a convivência em comunidade.

Tudo isso demanda amplitude de pesquisa, concretizadas em reflexões e discussões acerca do desenvolvimento linguístico, que é um processo complexo e contínuo que integra a vida humana.

A comunidade da pastoral ora estudada é composta por membros bilíngues e outros que ainda estão se inserindo no processo de aquisição da Libras, dados que não estão na pesquisa pelo fato de alguns dependerem de deslocamento com terceiros e outros residirem em outro município, não dificultando a frequência.

A igreja desempenha um papel significativo de socializador na vida das pessoas surdas que a frequentam, pois proporciona não apenas um espaço para práticas religiosas, mas também um espaço de compreensão das vivências, tanto dentro do contexto religioso quanto na sociedade em geral.

No contexto das pessoas surdas, a igreja desempenha um papel único na construção de identidades culturais, fornecendo comunidade, apoio e oportunidades de participação social.

A Lei n. 10.436, de 2002, regulamentada pelo Decreto n. 5.626, de 2005, dispõe do meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas, e preconiza sua inclusão na educação, adotando-se o bilinguismo, estabelecendo a Libras para auxiliar no ensino da língua majoritária. A orientação do bilinguismo é que a criança surda seja exposta à Libras para obtenção do desenvolvimento cognitivo-linguístico, como os demais oralizados.

Para que a aquisição da linguagem possa ocorrer, é necessário um ambiente plural. Tanto Gramsci quanto Vigotski enfatizaram a importância da interação social no desenvolvimento humano, argumentando que a obtenção do conhecimento do sujeito se dá por sua interação com o meio social, de forma igualitária e acolhedora, tornando a educação uma prática transformadora.

Foi possível observar nos inúmeros encontros na Pastoral que os membros surdos que ainda não dominam totalmente a Libras, são os que não possuem habitualidade nos encontros e que o fator limitador que nos fica evidente está na falta de compreensão do que está sendo falado. Esses sujeitos estão no processo de transição entre os diversos modos de comunicação em que foram inseridos, como os gestos comuns, e outros modelos.

A comunicação é a ferramenta, a principal arma do ser humano, é a conexão que impulsiona a transformação social, é a maneira eficaz de unir as diferenças. Por isso, a língua dos sinais não pode ser considerada apenas uma ferramenta de comunicação, é elemento cultural e identitário para a comunidade surda. Ela possui uma história e uma evolução própria, não existe na forma isolada, na medida em que interage com outros sistemas e é influenciada por fatores sociais, históricos e políticos.

Vigotski aponta o quanto a linguagem é importante no processo evolutivo do ser humano. Nesse aspecto, seria interessante afastar os aspectos biológicos (modelo médico) da deficiência e aproximá-la dos aspectos sócio-históricos, ressaltando a importância de adotar uma perspectiva crítica e sensível em relação às experiências daqueles que foram subalternizados pelas hierarquias sociais, buscando entender suas vozes, lutas, memórias e corpos de maneira holística e contextualizada. Isso é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Grife-se que o afastamento do aspecto biológico não corresponde a sua desnaturalização; a ideia é trazer a naturalização do ser humano e deixar que as pessoas com deficiência assumam o controle das suas vidas e da vida profissional.

A contribuição teórica da pesquisa reside na interseção entre os autores Antonio Gramsci e Lev Semionovitch Vigotski, situando o materialismo histórico-dialético como centro de suas análises, empenhando esforços de aproximação e discussão da problemática.

Vigotski discute a educação dos surdos, sob o ponto de vista da linguagem, fazendo uma crítica aos métodos oralistas impostos. A abordagem culturalista da identidade é uma ótica que enfatiza a influência da cultura na formação das identidades individuais e grupais, bem como na criação de estereótipos, preconceitos. Na perspectiva culturalista, a identidade não é vista como algo inato ou fixo, mas sim como algo construído social e culturalmente. Os estereótipos são generalizações simplificadas sobre grupos de pessoas que são baseadas em suas características percebidas. Esses estereótipos são muitas vezes reforçados e perpetuados pela cultura, mídia e interações sociais.

O preconceito é frequentemente enraizado em processos culturais de categorização e hierarquização de grupos sociais. Através da socialização e da exposição a narrativas culturais, as pessoas internalizam ideias preconcebidas sobre determinados grupos e desenvolvem atitudes preconceituosas em relação a eles. Essas atitudes podem ser reforçadas por práticas institucionais e estruturais de poder que perpetuam desigualdades sociais.

A relação linguística na concepção da identidade surda tem um valor significativo, é possível perceber que é um elemento constituinte da inclusão, hoje representada pela língua dos sinais.

A Libras expressa movimentos os quais transmitem sentimentos, pensamentos, expressa ideias e ideais, traduz a vida do surdo através das vozes silenciosas. Trata-se de recurso de extrema importância na vida da comunidade surda, e seu reconhecimento legal é a garantia do acesso a comunicação e inclusão. Vale salientar que a maioria das pessoas com deficiência ainda vive na esfera privada, reclusas em seus lares ou em instituições.

Espera-se que o conhecimento proporcionado por este estudo permita ampliar o entendimento do que seja deficiência. Da mesma forma, este estudo poderá vir a se somar às vozes que, ainda tímidas, procuram expor a condição de desigualdade, mas não de inferioridade dessas pessoas. Sujeitos diferentes na aparência, na capacidade, na forma de pensar e ver a vida, mas, na essência, seres humanos iguais a todos os outros, com idênticos direitos e deveres. Espera-se, também, que este trabalho seja mais uma ferramenta que provoque mudanças na forma de pensar e encarar a deficiência no Brasil.

A ampliação diálogo acadêmico sobre a questão da marginalização e exclusão dos surdos é crucial para promover uma maior conscientização e sensibilidade em relação às necessidades dessa comunidade e para identificar formas de promover uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

As barreiras linguísticas representam um dos principais obstáculos no processo de

integração, socialização e inclusão das pessoas surdas na sociedade, a falta de acesso adequado a educação em língua de sinais pode criar uma barreira significativa para a comunicação e compreensão.

Para promover a inclusão e a participação plena dos surdos na vida em sociedade em geral, requer uma abordagem holística e sensível às necessidades específicas dessa comunidade. E essas necessidades estão diretamente ligada no acesso a comunicação, pois os surdos dependem da comunicação visual para entender e interagir com o mundo ao seu redor, e essa a comunicação visual através das línguas de sinais, desempenha um papel fundamental na transmissão de informações e na compreensão do ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Sandra R. Goulart de. Prefácio – Apresentando Spivak. *In: SPIVAK, Gayatri C. Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- AZEVEDO, Débora Karoline Silva de. Concepção e desenvolvimento de um software educativo para apoio no processo da alfabetização bilíngue pela criança surda. 2021. Tesis de Maestría. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- ABUALGHAIB, O.; GROCE, N.; SIMEU, N.; CAREW, M.T.; MONT, D. Making Visible the Invisible: Why Disability-Disaggregated Data is Vital to “Leave No-One Behind”. *Sustainability*, v. 11, n. 3091, p. 1-10, 2019.
- BARROSO, Luis Alberto. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: natureza jurídica, conteúdos mínimos e critérios de aplicação.** 1. ed. Minas Gerais: Fórum, 2011.
- BATISTA, S. I. F. A (In)exclusão das pessoas surdas. Dissertação de mestrado, Este - Instituto Universitário de Lisboa. Repositório do Iscte. 2013. BAGNO, Marcos *et al.* **Língua materna: letramento, variação e ensino.** São Paulo: Parábola, 2002.
- BELÉM, Laura Jane Messias. **A atuação do intérprete educacional de língua brasileira de sinais no ensino médio.** 2010. Tesis Doctoral. Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de Piracicaba]. Repositório da UNIMEP.
- BOBBIO, N. **A Era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. "Le capital social: notes provisoires". **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 31, n. 1, p. 2-3, 1980. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ars_0335-5322_1980_num_31_1_2069. Acesso em: 20 out. 2023.
- BORGES, Lucivanda Cavalcante; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro. Aquisição da linguagem: considerações da perspectiva da interação social. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 16, p. 327-336, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n2/a13v16n2.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 18 out. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 18 out. 2023.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 8 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular (BNCC)**. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.
Brasília: Ministério da Educação, [S. d.]. Acesso em: 8 out. 2023.

BRITO, Leonardo. **Integração social e educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 2009.

CABRAL, João Francisco Pereira. "As classes sociais no pensamento de Karl Marx"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/as-classes-sociais-no-pensamento-karl-marx.htm>. Acesso em 01 de abril de 2023.

CAMPOS, M. L. I. L. Educação Inclusiva para surdos e as políticas vigentes. *In*: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (orgs.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e Educação de Surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013. p. 37-61.

CECHINEL, Lenita Ceccone. Inclusão do aluno surdo no ensino superior: um estudo do uso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de acesso ao conhecimento científico. 2005.

COSTA, J. S.; BRITO, M. D. O.; MIRANDA, L. S.; COSTA, H. T. S.; CARVALHO, M. C. A.; SEREJO, M. G. Exclusão social da pessoa surda: possíveis impactos psicológicos. *Revista Psicologia & Saberes*, v. 9, n. 19, p. 78 -86, 2020.

CHAVEIRO, N. et al. Qualidade de vida dos surdos que se comunicam pela língua de sinais: revisão integrativa. *Interface*, Botucatu, v. 18, n. 48, p. 101-114, 2014.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito e CAPORALI, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. *Educação & Sociedade* [online]. 2005, v. 26, n. 91. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200014>. Epub 17 Out 2005. ISSN 1678-4626. Acesso em: 1 mar. 2024.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: Trabalhando com sujeitos surdos. *Cadernos Cedex*, Campinas, n. 50, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n50/a06v2050.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. [*E-book*].

LEME FILHO, M. A.; GARCIA, C. A. A. O Surdo na Sociedade Ouvinte: Um Caso de Inclusão ou Exclusão? *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, a. 03, ed. 06, v. 07, p. 97-107, 2018.

FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos**. Curitiba: Intersaberes, 2012. (Série: Inclusão escolar).

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **Vygotsky e Bakhtin: psicologia e educação: um intertexto**. São Paulo: Ática, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**: edizione critica dell'Istituto Gramsci. Turim: Giulio Einaudi, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere 25** (1934). Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; co-edição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Escola, educação e ensino**. São Paulo: Eduções Iskra, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HARDING-ESCH, Edith; RILEY, Philip. **The bilingual family: a handbook for parents**. 2. ed. Cambridge: University Press, 2003.

LORENZETTI NETO, Hugo. Leitura gênero e juízo: linguagem e “deve ser” em sequência de atividades didáticas. *In*: SIGNORINI, I. (org.). **Gêneros catalisadores: letramento e formação do professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LOUZADA et al, Juliana Cavalcante de Andrade. A disciplina Libras na formação de professores: desafios para a formulação de espaços educacionais bilíngues. *Práxis Educativa*, vol. 12, núm. 3, 2017, Setembro-Dezembro, pp. 864-886.

LUCHESE, Maria Regina Chirichella. **Educação de pessoas surdas: Experiências vividas, histórias narradas**. Campinas: Papirus, 2003. (Série Educação Especial).

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. **Em Aberto**, v. 5, n. 31, 1986. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/download/1971/1710>. Acesso em: 18 out. 2023.

JOSÉ FILHO, M. Pesquisa: contornos no processo educativo. *In*: JOSÉ FILO, M.; DALBÉRIO, O. (org.). **Desafios da Pesquisa**. 1. ed. Franca: UNESP, 2006a. v. 1. p. 63-75.

JOSÉ FILHO, M. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos Cedes**, Campinas, n. 50, 2006b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf>. Acesso em: 8 out. 2023.

LEITE, Madson Márcio de Farias. A contribuição de Vygotsky na educação especial: desenvolvimento e aprendizagem. **Kiri-Kerê-Pesquisa em Ensino**, v. 1, n. 11, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/download/35929/24477>. Acesso em: 27 mar. 2023.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARIOTTI, Humberto de **O Pensando diferente: como lidar com a complexidade, a incerteza e a ilusão**. São Paulo: Atlas, 2010. *E-book*.

MARRA, Daniel; MILANI, Sebastião Elias. **O locus da língua: reflexões metateóricas acerca da noção de língua como um fato social em William Labov**. *Estudos da Língua (gem)*, v. 12, n. 2, p. 51-71, 2014. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/download/1253/1079>. Acesso em: 20 out. 2023.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. *Revista brasileira de educação*, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v11n33/v11n33a02.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

MILLS, C. W. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MONTEIRO, Suelen Santos. **Língua brasileira de sinais - LIBRAS na formação de professores o que dizem as produções científicas**. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, ISSN-e 1982-5587, Vol. 7, Nº. 4, 2012, págs. 120-128.

MORIN, E. A noção de sujeito. In: SCHNITMAN, D. F. (org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. P. 45-55.

NAZAR, Gonzalo, et al. **Evaluación auditiva neonatal universal: Revisión de 10.000 pacientes estudiados**. *Revista de otorrinolaringología y cirugía de cabeza y cuello*, 2009, vol. 69, no 2, p. 93-102.

NEGRELLI, Maria Elizabeth Dumont; MARCON, Sonia Silva. **Família e criança surda**. *Ciênc. cuid. saúde*, 2006, p. 98-107.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **Surdos: educação, direito e cidadania**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2020.

OLESZKIEWICZ, A. Blindness enhances interpersonal trust but deafness impedes social 81yogotsky balance. *Personality and Individual Differences*, v. 170, p. 110-125, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre a deficiência**. São Paulo: SEDPcD, 2021.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. **A surdez enquanto diferença étnico-linguística: os legados teóricos dos Estudos Culturais para os Estudos Surdos**. *Meridional. Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos*, n. 11, p. 123-148, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7390868.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.

PERLIN, G. T. **Identidades surdas**. In: SKLIAR, C. (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 3. Ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005. P. 51-74.

- PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- PINHEIRO, Leticia Ribeiro Souto; DELLATORE, Rochele. **Desafios da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: um estudo sobre a percepção dos envolvidos**. *Perspectiva*, Erechim. v. 39, n.148, p. 95-109, dezembro/2015.
- PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional**. 13. ed. ver. E atual. São Paulo: Saraiva, 2021.
- PIZZANO, Geisa Wantowsky. **Atividades para terapias de reabilitação auditiva e dificuldades de aprendizagem**. Curitiba: Booktoy, 2020.
- PORTO, Olívia. **Bases da Psicopedagogia diagnóstico e intervenção nos problemas de aprendizagem**. Rio de Janeiro: Wak, 2021.
- QUADROS R. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. *Revista Inclusão*, v. 4, n. 1, p. 20-21, 2008.
- ROCHA, Luiz Renato Martins; PASIAN, Mara Silvia. **A educação das pessoas surdas no Brasil: uma análise ao longo de 20 anos (2002-2022) após o reconhecimento da lei de libras**. *Educação em Revista* [online]. 2023, v. 39.
- RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.
- SKLIAR, C. (org.). **A Surdez – um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- SKLIAR, C. **Educação & exclusão: abordagens 82ygotsky82o82ológicas em educação especial**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.
- SILVA, L. M da. A deficiência como expressão da diferença. **Educação em Revista**, n. 44, p. 111-133, 2006.
- SIQUEIRA, Ranyella de. CARDOSO, Hélio. **O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana**. <file:///C:/Users/Dialnet-OConceitoDeEstigmaComoProcessoSocial-4781280.pdf> *Imagonautas* 2 (1) / 2011/ ISSN 07190166 pp. 92-113 acesso em: 02/04/2024.
- SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** 1. Ed. Tradução: Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- SOUZA SAMPAIO, Thamires Oliveira de . **A natureza gramatical da libras adquirida por surdos e ouvintes: sinal, classificador, ação construída e gesto**. Repositório Digital de Teses e Dissertações do PPGLin-UESB, 2020, vol. 8, p. 171 p.-171 p.
- STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed da UFSC, 2016, 4. ed.

Toldrá, R. C., Marque, C. B., & Brunello, M. I. B. (2010). **Desafios para a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual: experiências em construção.** Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, 21(2), 158-165

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Organização das Nações Unidas (ONU), 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/83ygotsky83o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 28 ago. 2023.

UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR TRAVA. Libras tem gramática: entenda como funciona. Unidestrava, c2024. Disponível em: <https://unidestrava.com.br/art/Libras-tem-gramatica-entenda-como-funciona#:~:text=A%20sintaxe%20da%20Libras%20%C3%A9,para%20formar%20frases%20e%20express%C3%B5es>. Acesso em: 8 abr. 2024.

VIGOTSKI, L. S. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

VYGOSTSKY. L. S. **A formação social da mente.** 7. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos de defectologia.** Tomo V. Madrid: Visor, 2012. Obras Escogidas.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. A transformação socialista do homem (1930). Tradução de Nilson Dória. **Marxists Internt Archive**, jul. 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/psicoeduc/chasqueweb/83ygotsky/83ygotsky-a-transformacao-socialista-do-homem.htm> Acesso em: 27 mar. 2024.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal Lev Semionovitch Vigotski Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011 <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011000400012> Acesso em: 27 março. 2024.

APÊNDICE 1: QUESTIONÁRIO SOCIOCULTURAL

QUESTIONÁRIO SOCIOCULTURAL
Dados pessoais
1. Identificação:
S1 – utilização de abreviações para identificar – caso não seja autorizado identificar-se
2. Idade:
<input type="checkbox"/> Entre 18 a 29 anos <input type="checkbox"/> Entre 30 e 39 anos <input type="checkbox"/> Entre 40 e 49 anos <input type="checkbox"/> Entre 50 e 60 anos. <input type="checkbox"/> Outros _____
3. Em que cidade mora?
<input type="checkbox"/> Dourados <input type="checkbox"/> Laguna Caarapã <input type="checkbox"/> Itaporã <input type="checkbox"/> Outro _____
4. Qual o seu nível de escolaridade?
<input type="checkbox"/> Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo <input type="checkbox"/> Superior Incompleto <input type="checkbox"/> Superior Completo <input type="checkbox"/> Não sei informar
5. Atualmente você exerce alguma função:
<input type="checkbox"/> Professor de Libras <input type="checkbox"/> Instrutor de Libras <input type="checkbox"/> Outros _____ Onde você trabalha? _____ Qual função exerce? _____
6. No seu âmbito familiar existe histórico de surdez?
<input type="checkbox"/> sim, meu pai <input type="checkbox"/> sim, minha mãe . <input type="checkbox"/> sim, irmãos. <input type="checkbox"/> somente eu sou surdo. <input type="checkbox"/> Outros _____
7. Há quanto tempo você começou a ter contato com surdos e com a Libras?
<input type="checkbox"/> Menos de 01 ano <input type="checkbox"/> Entre 01 e 02 anos; <input type="checkbox"/> Mais de 02 anos.
8. Onde e como você aprendeu Libras

- Não faço uso da Libras.
 Na escola, com colegas surdos.
 Na escola, com professores.
 Em cursos de Libras.
 Estou conhecendo a Libras no grupo da pastoral.
 Em casa, no contato com familiares surdos.
 com membro ouvinte do grupo familiar.
 Outros _____

9. Você nasceu surdo?

- Sim
 Não

Se não em que idade você ficou surdo? _____

10. Indique seu grau de perda auditiva (grau de surdez)

- Leve
 Moderada
 Severa
 Profunda

11. Faz uso de aparelho auditivo ou implante coclear?

- Sim
 Não

12. Como você costuma se comunicar?

- Somente sinaliza.
 Utiliza apenas da Libras.
 Escreve em português .
 Educação bilíngue.

13. Referente suas habilidades na comunicação em Libras, você se considera:

- Razoável
 Bom
 Ótimo
 Péssimo

14. Referente suas habilidades em entender comunicação em Libras, você se considera:

- Razoável
 Bom
 Ótimo
 Péssimo

15. Qual meio você obteve conhecimento da Pastoral do Surdo

- Por familiares que frequentam a igreja
 Por meio de amigos que frequentam a igreja.
 Outros _____

16. Como você considera sua participação na Pastoral do Surdo
<input type="checkbox"/> Participo com habitualidade. <input type="checkbox"/> Não participo com habitualidade, porque não tenho vontade. <input type="checkbox"/> Minha participação está vinculado a outra pessoa em razão da locomoção.
17. Você participa de outros grupos em que você se relaciona com ouvintes e surdos?
<input type="checkbox"/> Sim. Qual ? _____ <input type="checkbox"/> Não
18. Você conhece ou já ouviu falar de outro espaço de encontro coletivo de surdos em Dourados ou região?
Resposta –
Você já participou de algum movimento social ou político?
Resposta –

APÊNDICE 2: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa de mestrado intitulada: Os surdos como grupo social subalterno. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Sua participação nessa pesquisa consistirá em responder questionário socioeconômico, será respondido manualmente, sem identificação e quanto aos riscos relacionados com a participação serão mínimos. Os benefícios relacionados com a participação são a oportunidade de compartilhar conhecimentos, suscitar discussões e trazer contribuições para pensar em uma mudança filosófica de postura política, cultural, social e educacional sobre sujeito surdo. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. O uso deste material gerado nesta pesquisa poderá ser utilizado para eventuais publicações do trabalho ou para consulta de outros pesquisadores. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou até a conclusão deste trabalho.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

_____, ____/____/____

Local e data

Sujeito da pesquisa

Testemunha